



PPP

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO



NÚCLEO REGIONALIZADO B



SECRETARIA DE
EDUCAÇÃO



PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Prédio Escolar Orlando Carneiro
Prédio Escolar Galdino Camilo Alves
Prédio Escolar Manoel do Patrocínio
Escola Municipal José Bispo de Almeida
Secretaria Municipal de Educação
ANGUERA-BA, 2022

Projeto construído coletivamente pela comunidade escolar a partir de reflexão e discussões dos problemas da escola para organização do trabalho pedagógico.

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO:

Renan Iury Mendes Brito

DIRETORA ESCOLAR:

Andréa de Almeida Neris da Silva

COORDENADORA PEDAGÓGICA:

Rode da Paixão Santos de Santana

COORDENADORA PEDAGÓGICA

Roneci Pereira da Silva

SUPERVISOR PEDAGÓGICO:

Cristinaldo Sampaio Carvalho

PROFESSORA:

Sizeli Aragão Oliveira

DESIGN GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:

Anderson Sampaio Oliveira

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1. IDENTIDADE E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

- 1.1 Perfil identitário
 - 1.1.1 Função social: missão, visão e valores
 - 1.1.2 Características e finalidades
 - 1.1.3 Linha do tempo: história institucional
- 1.2 Diagnóstico atual
 - 1.2.1 Avaliação Institucional

2. CONCEPÇÕES, PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS

- 2.1 Concepção Institucional de Ser Humano, Sociedade e Cultura;
- 2.2 Concepção Institucional de Educação Integral, Escola e Ensino;
- 2.3 Concepção Institucional de Ciência, Tecnologia e Trabalho;
- 2.4 Concepção de Currículo
 - 2.4.1 Fundamentos do Currículo;
 - 2.4.2 Princípios do Currículo.
- 2.5. Concepção de Gestão Democrática
- 2.6. Princípios Orientadores da Prática Pedagógica
 - 2.6.1. A pesquisa como Princípio Pedagógico
 - 2.6.2. O Trabalho como Princípio Educativo
 - 2.6.3. O Respeito à Diversidade

3. DIRETRIZES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA

- 3.1. O Planejamento Pedagógico
- 3.2. A Avaliação Para a Aprendizagem
- 3.3. Os Temas Integradores
- 3.4. Perfis Esperados do Professor e do Aluno

4. ETAPAS DO ENSINO

- 4.1. Educação Infantil
 - 4.1.1. Creche
 - 4.1.2. Pré-Escola
- 4.2. Ensino Fundamental

- 4.2.1. Anos Iniciais
- 4.2.2. Organizador Curricular e a Contextualização da Parte Diversificada
- 4.2.3. Transição da Creche para a Pré-Escola
- 4.2.4. Transição da Pré-Escola para o 1º Ano
- 4.2.5. Transição do 2º para o 3º Ano
- 4.2.6. Transição do 5º para o 6º Ano

5. POLÍTICAS E MODALIDADES DO ENSINO

- 5.1. A Política da Educação Inclusiva
 - 5.1.1. Concepção da Escola Inclusiva
 - 5.1.2. Princípios Orientadores da Educação Inclusiva
 - 5.1.3. Diretrizes e Indicadores Metodológicos da Educação Inclusiva
 - 5.1.4. Diretrizes e Indicadores da Avaliação
- 5.2. A Política de Educação do/no Campo
 - 5.2.1. Concepção da Educação do/no Campo
 - 5.2.2. Princípio Orientadores da Educação do/no Campo
 - 5.2.3. Diretrizes e Indicadores Metodológicos da Educação do/no Campo
 - 5.2.4. Diretrizes e Indicadores da Avaliação
- 5.3. A Política Da Educação de Jovens e Adultos
 - 5.3.1. Concepção da Educação de Jovens e Adultos
 - 5.3.2. Princípio Orientadores da Educação de Jovens e Adultos
 - 5.3.3. Diretrizes e Indicadores da Avaliação
- 5.4. A Política da Inovação Tecnológica
 - 5.4.1. Concepção da Inovação Tecnológica
 - 5.4.2. Princípios Orientadores da Inovação Tecnológica
 - 5.4.3. Diretrizes e Inovação Tecnológica
 - 5.4.4. Diretrizes e indicadores de Avaliação
- 5.5. A Política de Assistência Estudantil
 - 5.5.1. Concepção de Assistência Estudantil
 - 5.5.2. Princípios Orientadores da Assistência Estudantil
 - 5.5.3. Diretrizes da Assistência Estudantil
- 5.6. A Política de Formação Continuada e Desenvolvimento Profissional dos

Servidores

5.6.1. Concepção da Formação Continuada

5.6.2. Princípios Orientadores da Formação Continuada

5.6.3. Diretrizes da Formação Continuada

5.7. A Política de Comunicação Escola/Família e Escola/Comunidade

5.7.1. Concepção da comunicação escola/família/comunidade

5.7.2. Princípios da comunicação escola/família/comunidade

5.7.3. Diretrizes da comunicação escola/família/comunidade

6. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

6.1. Concepção de Avaliação do PPP

6.2. Aspectos Teórico-Methodológicos dos Processos

6.3. Diretrizes para a Implementação do Processo

6.4. O Programa Institucional de Avaliação do PPP

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

INTRODUÇÃO

Vivemos em uma sociedade que passa por constantes mudanças, a escola se figura como parte integrante desse processo e como tal precisa acompanhar essas mudanças e adaptar-se a elas, revendo suas práticas de ensino para atender às diversas demandas trazidas pelos sujeitos da escola. Para tanto, é condição indispensável a (re)elaboração do nosso Projeto Político-Pedagógico, no ano de 2022, tendo em vista que o presente documento precisa alinhar-se as novas demandas presentes nos documentos curriculares referencias com o intuito organizacional de fortalecer a potencialidade educacional das escolas que compõem o Núcleo Regionalizado B.

Neste sentido, o presente documento refere-se as escolas que compõem o Núcleo Regionalizado B, assim denominadas: Prédio Escolar Orlando Carneiro; Prédio Escolar Galdino Camilo Alves; Prédio Escolar Manoel do Patrocínio e Escola Municipal José Bispo de Almeida, foi elaborado após muitas reflexões e discussões com toda comunidade escolar sobre o papel e a finalidade das escolas, levando em consideração os aspectos singulares que permeiam a nossa comunidade bem como os aspectos plurais que compõe a diversidade histórica e cultural da mesma.

Assim, concebemos o nosso PPP por meio dos processos de vivência democrática desencadeado no chão de cada escola, uma vez que todos os segmentos que compõem a comunidade escolar participam dele, assumindo o compromisso com seu acompanhamento e, principalmente, nas escolhas que a instituição escolar necessitou fazer ao longo do processo, permitindo potencializar o trabalho colaborativo e o compromisso com objetivos comuns na perspectiva da construção de uma escola pública de qualidade.

Dessa forma, espera-se que as orientações apresentadas aqui possam contribuir com a construção da autonomia de cada escola, com a formação humanística e política dos seus sujeitos. Assim, este documento de construção coletiva funcionará como um elemento norteador de nossa prática pedagógica. Porém, ressaltamos que nosso projeto não será algo pronto e acabado, mas sim constantemente avaliado e reconstruído, pautando-se no diálogo e nas demandas surgentes.

1. IDENTIDADE E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

NOME: Prédio Escolar Orlando Carneiro

ENDEREÇO: Estrada do Feijão, Povoado de Areia, S/N

CEP: 44.673-899

MUNICÍPIO: Anguera – Bahia

LOCALIZAÇÃO: Zona rural

E-MAIL: orlandocarneiro.nucleob13@gmail.com

TELEFONE: (75)3239-6507

CNPJ: 12.430.552/0001-19

CÓDIGO DO INEP: 29090296

ENTIDADE MANTENEDORA: Prefeitura Municipal de Anguera

ATO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO: 24/84.

RESOLUÇÃO:26/11/1984

ETAPA DE ENSINO OFERTADA: Ensino Fundamental I do 2º ao 5º ano.

MODALIDADE DE ENSINO OFERTADA: Educação de Jovens e Adultos

NOME: Prédio Escolar Galdino Camilo Alves

ENDEREÇO: Povoado de Areia, S/N,

CEP: 44.673-899

MUNICÍPIO: Anguera – Ba

LOCALIZAÇÃO: Zona rural

E-MAIL: orlandocarneiro.nucleob13@gmail.com

TELEFONE: (75)3239-6507

CÓDIGO DO INEP: 29090180

ENTIDADE MANTENEDORA: Prefeitura Municipal de Anguera

ATO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO: 29/01/1990

RESOLUÇÃO: 06

ETAPA DE ENSINO OFERTADA: Educação Infantil

NOME: Prédio Escolar Manoel do Patrocínio

ENDEREÇO: Povoado de Caraíbas, S/N, Zona Rural

CEP: 44.670-000

MUNICÍPIO: Anguera – Bahia

LOCALIZAÇÃO: Zona rural

E-MAIL: orlandocarneiro.nucleob13@gmail.com

TELEFONE: (75)3239-6507

CÓDIGO DO INEP: 29090245

ENTIDADE MANTENEDORA: Prefeitura Municipal de Anguera

ATO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO: 902/90

RESOLUÇÃO: 29/01/1990

MODALIDADE DE ENSINO OFERTADA: Educação de Jovens e Adultos

NOME: Escola Municipal José Bispo de Almeida

ENDEREÇO: Povoado de Paraíso S/N, Zona Rural

CEP: 44.673-899

MUNICÍPIO: Anguera – Bahia

LOCALIZAÇÃO: Zona rural

E-MAIL: orlandocarneiro.nucleob13@gmail.com

TELEFONE: (75)3239-6507

CÓDIGO DO INEP: 29090300

ENTIDADE MANTENEDORA: Prefeitura Municipal de Anguera

ENTIDADE MANTENEDORA: Prefeitura Municipal de Anguera

ATO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO: 24/08

RESOLUÇÃO: 06/05/1981

ETAPA DE ENSINO OFERTADA: Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano e Educação de Jovens e Adultos

PRÉDIO ESCOLAR ORLANDO CARNEIRO:

Nº	NOME	FUNÇÃO	FORMAÇÃO
1º	ANDRÉA DE A. NERIS DA SILVA	DIRETORA	ESPECIALISTA
2º	RODE DA P. SANTOS DE SANTANA	COORDENADORA	ESPECIALISTA
3º	RITA DE CASSIA C. DE MENEZES	PROFESSORA	LICENCIADA
4º	SIZELI A. DOS SANTOS OLIVEIRA	PROFESSORA	ESPECIALISTA
5º	SIMONE SILVA ARAUJO	PROFESSORA	MAGISTÉRIO
6º	SILVIA BASTOS NUNES MATOS	PROFESSORA	ESPECIALISTA
7º	ANTONIO ROQUE NEVES	PROFESSOR	LICENCIADO
8º	INDIARA ALVES DE JESUS	PROFESSORA	ESPECIALISTA
09	LEDA MARIA DE JESUS COSTA	PROFESSORA	ESPECIALISTA
10	ALANA ALVES DA PAIXÃO	AG.TECNOLÓGICO	LICENCIANDA
11º	ELIZAME R. DA CRUZ DOS SANTOS	COLABORADOR	ENSINO MÉDIO
12º	JOSEANE DA SILVA MOURA	COLABORADORA	ENSINO MÉDIO
13º	RENATO LOPES RODRIGUES	COLABORADOR	ENSINO FUNDAMENTAL
15º	ANA CLEIDE ROSARIO DA SILVA	COLABORADORA	ENSINO MÉDIO
16º	JERLAINY SANTOS ARAÚJO	COLABORADORA	ENSINO MÉDIO
17º	RENATA VIEIRA DOS SANTOS	COLABORADORA	ENSINO MÉDIO
18º	MARIA RITA FERREIRA DA CRUZ	COLABORADORA	ENSINO FUNDAMENTAL
19º	JUCIENE ROSARIO BENTO	COLABORADORA	ENSINO MÉDIO

QUADRO DE PROFISSIONAIS: PRÉDIO ESCOLAR GALDINO CAMILO ALVES:

Nº	NOME	FUNÇÃO	FORMAÇÃO
1º	SÔNIA R. DE OLIVEIRA ORRICO	PROFESSORA	LICENCIADA
2º	LEIDIANE BASTOS COSTA	PROFESSORA	LICENCIADA
3º	ANALICE GONÇALVES DE JESUS	PROFESSORA	ESPECIALISTA
4º	CLAUDIANA SILVA SANTOS	PROFESSORA	LICENCIADA
5º	JOELMA CRUZ BARBOSA	AUXILIAR DE ENSINO	LICENCIANDA

6º	GISELE ALVES BARBOSA	AUXILIAR DE ENSINO	ENSINO MÉDIO
7º	LUCIANA M. DOS SANTOS SILVA	AUXILIAR DE ENSINO	ENSINO FUNDAMENTAL
8º	ANA PAULA LOPES RODRIGUES	COLABORADORA	ENSINO FUNDAMENTAL
9º	MILENA DE JESUS	COLABORADORA	LICENCIANDA
10º	ANA DE QUEIROZ FERREIRA LIMA	COLABORADORA	ENSINO FUNDAMENTAL
11º	MARIA EDILZA	COLABORADORA	ENSINO MÉDIO
12º	CARLEONIA BARBOSA ALVES	COLABORADORA	ENSINO MÉDIO
13º	LAINÉ ALVES RODRIGUES	COLABORADORA	ENSINO MÉDIO

PRÉDIO ESCOLAR MANOEL DO PATROCÍNIO:

Nº	NOME	FUNÇÃO	FORMAÇÃO
1º	ANA MARIA OLIVEIRA DA SILVA	PROFESSORA	LICENCIADA
2º	JAILDA FRANCISCA B. DOS SANTOS	PROFESSORA	LICENCIADA
3º	VANUZIA DOS SANTOS BRITO	PROFESSORA	LICENCIADA
4º	ANTONIO CARLOS B. SANTOS DE JESUS	COLABORADOR	ENSINO FUNDAMENTAL
5º	SANDRA BRITO ALMEIDA	COLABORADORA	ENSINO FUNDAMENTAL
6º	DIVANIZE NERI SANTANA	COLABORADORA	ENSINO FUNDAMENTAL
7º	RAILDA FERREIRA DA SILVA	COLABORADORA	ENSINO FUNDAMENTAL
8º	MARIVANIA CONCEIÇÃO MACEDO	COLABORADORA	ENSINO MÉDIO

ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ BISPO DE ALMEIDA:

Nº	NOME	FUNÇÃO	FORMAÇÃO
1º	RISOLEIDE FERREIRA DA SILVA MARTINS	PROFESSORA	LICENCIADA
2º	ELMA DE ALMEIDA NERIS BARBOSA	PROFESSORA	ESPECIALISTA
3º	PRECIENA ANDRADE	COLABORADORA	ENSINO FUNDAMENTAL
4º	ANA CRISTINA LOPES	COLABORADORA	ENSINO FUNDAMENTAL

1.1 PERFIL IDENTITÁRIO

1.1.1 Função social: Missão, Visão e Valores

Para a construção de um trabalho satisfatório, as escolas que compõem o Núcleo B têm sua identidade organizacional pautada na sua visão, missão e nos seus valores. Independente da função que ocupa, todos devem contribuir para que as nossas ações e projetos aconteçam de forma que possibilite o desenvolvimento das competências e habilidades necessárias para a formação de cidadãos autônomos, críticos, reflexivos, para que sejam capazes de contribuir com uma sociedade mais justa, ética, democrática, responsável, inclusiva e sustentável.

Nossa Visão pauta-se em ser uma escola de referência na oferta de um ensino de qualidade, com vistas no desenvolvimento integral da aprendizagem dos educandos, desde a Educação Infantil até a Educação de Jovens e Adultos, demonstrando responsabilidade a formação integral de cada aluno.

Já nossa Missão pauta-se na promoção de uma educação pública de qualidade, através de um ensino significativo, atualizado e eficaz, garantindo a participação ativa da comunidade escolar, formando estudantes críticos, capazes de contribuir com a transformação da sociedade, pautados nos princípios éticos, morais e humanísticos.

Por fim, nossos Valores dialogam com nossas práticas pedagógicas, pois acreditamos na potencialidade da oferta de um ensino fundamentado em bases viabilizadoras da valorização das pessoas, do foco na aprendizagem, no comprometimento, na inserção da inovação, no respeito mútuo, no diálogo, no afeto, na empatia, na ética e na justiça.

1.1.2 Linha do Tempo: História Institucional

PRÉDIO ESCOLAR ORLANDO CARNEIRO

O povoado de Areia necessitava de um espaço escolar dentro da comunidade, pois as crianças tinham que se deslocar até a fazenda Diamante para ter acesso aos estudos. Com o intuito de resolver a situação, a moradora Maria Rita, se dirigiu ao Prefeito da Cidade, José Wood Mendes Vieira, a fim de conversar sobre tal necessidade.

Em atenção ao seu pedido, o prefeito dispôs à Maria Rita um treinamento que a “capacitasse” a lecionar. Inicialmente a escola começou a funcionar numa “venda velha”, oferecendo o ensino em dois turnos, matutino com a professora Maria Rita e vespertino com a professora Davina Silva Santos. Algum tempo depois, já no Governo de Armando Sofia Brandão, o aumento da clientela justificou e fortaleceu a necessidade da construção de um espaço escolar mais adequado e amplo.

Para a construção desse espaço escolar, a comunidade de Areia contou com a doação de um terreno feita pelo Senhor Galdino Camilo Alves. Os moradores do Povoado resolveram homenagear o Sr. Orlando Carneiro, homem íntegro, simples e querido por todos, intitulado o prédio escolar com o seu nome. Era formado em Magistério, porém nunca exerceu a profissão de Professor, preferindo dar continuidade a atividade pecuária, herdada de seus pais.

O Prédio Escolar Orlando Carneiro foi inaugurado no dia 26 de novembro de 1984. Atualmente, esse espaço educativo atende a diversas crianças da localidade e adjacências, como também é utilizado para reuniões e eventos comunitários, desenvolvendo um trabalho pedagógico e social significativos para os moradores do povoado.

PRÉDIO ESCOLAR GALDINO CAMILO ALVES

O Prédio Escolar Galdino Camilo Alves está localizado no povoado de Areia, inaugurado em 08 de Outubro de 1988, na gestão do prefeito Armando Sofia Brandão. O nome da instituição surgiu a pedido dos moradores da comunidade em homenagem ao um homem exemplar no povoado, inclusive, em vida, pois o mesmo doou o terreno para a construção do Prédio Escolar Orlando Carneiro. Galdino Camilo Alves nasceu em 20 de abril de 1914, natural de Anguera, filho de Candido Camilo Alves e Maria Martina de Jesus. Casado com Clara Barbosa Alves teve 08 filhos com a mesma e ambos tinham como atividade profissional, lavrador.

No Povoado de Areia possuía o Prédio Escolar Orlando Carneiro com atendimento para o Ensino Fundamental I, porém o espaço não estava suprindo a grande demanda de alunos, sendo assim surgiu a necessidade da construção de um novo Prédio. Passando alguns anos a quantidade de alunos reduziu ficando insuficiente o número de alunos para o funcionamento das duas escolas. Diante da redução de alunos o prefeito resolveu fechar uma das escolas mas a pedido da

primeira dama senhora Maria Luiza Barbosa Brandão que tinha um sonho de implantar em cada comunidade uma creche para atender as pessoas carentes.

Em atenção a seu pedido o prefeito decidiu que o Prédio Escolar Galdino Camilo Alves passaria a não atender o ensino fundamental I e passou a funcionar como creche, onde abrigava cerca de 100 crianças. Atualmente o Prédio Escolar Galdino Camilo Alves atende as crianças da Educação Infantil, funcionando no turno matutino e vespertino.

PRÉDIO ESCOLAR MANOEL DO PATROCÍNIO

O prédio escolar Manuel do Patrocínio Carneiro está localizado na Fazenda Caraíbas, inaugurado em 29 de Janeiro de 1990, na gestão do prefeito Cornélio Boaventura Lima. Manuel do Patrocínio Carneiro nasceu em 14 de fevereiro de 1905, natural de Anguera, filho de Bernardino Ferreira da Silva e Ana Joaquina Ferreira da Silva, tendo como atividade profissional: Juiz de Paz e fazendeiro.

Por ser uma pessoa interessada na educação local, o Sr. Manoel buscou professores capacitados para alfabetizar, não apenas seus filhos como, também, as crianças da comunidade vizinha, cedendo espaço em sua própria casa para que as aulas acontecessem.

O Sr. João de Menezes de Oliveira, morador da comunidade de Caraíbas, estava à frente da luta na construção de um espaço escolar adequado para os alunos e, para que isso se tornasse possível, fez a doação de um terreno, na gestão de Armando Sofia Brandão, que deu início a construção do prédio. Professoras como Ana Carlina Carneiro de Oliveira e “Núria”, são lembradas por suas atividades pedagógicas. Atualmente o prédio escolar, além de ofertar as atividades pedagógicas, promove importantes festas, sendo a junina a que mais mobiliza a comunidade.

ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ BISPO DE ALMEIDA

A construção do Prédio Escolar Presidente Médici surgiu a partir da doação de um terreno, feita pelo senhor José Bispo de Almeida para que pudesse ser construído um local adequado às atividades educativas. O prédio escolar foi inaugurado no dia 06 de maio de 1981, na gestão do prefeito José Wood Mendes Vieira. Naquela época era comum homenagear prefeitos, governadores e

presidentes, colocando seus nomes nos espaços públicos como: ruas, avenidas, escolas, e outros, mesmo estando mortos, vivos ou em mandatos políticos.

Nas décadas de existência desse espaço escolar, alguns professores se destacaram em suas atividades, entre eles: Lucidalva da Silva Almeida Lobo e Antonia do Patrocínio Carneiro. A comunidade utilizava a escola para eventos como batizados, reuniões comunitárias, festas juninas e missas festivas, posto de vacinação com grande presença dos moradores.

No início do ano letivo de 2014 a escola passou por uma ampla reforma realizada pela Prefeitura Municipal. O nome da instituição foi substituído pelo do seu patrono, a pedido de uma influente moradora da localidade, a senhora Neuza Spínola. O Prefeito Mauro Selmo Oliveira Vieira solicitou ao Secretário de Educação, Antonio Márcio Silva Vasconcelos, que adotasse providências, visando substituir o nome da escola para PRÉDIO ESCOLAR JOSÉ BISPO DE ALMEIDA em homenagem a um homem exemplar na comunidade local, inclusive, em vida, e que doou à municipalidade o terreno para construção desse prédio de tão grande relevância sócio-educativa para os moradores.

A justificativa para a retirada do nome PRESIDENTE MÉDICI do prédio escolar, foi que este se tratou de um presidente que ajudou a implementar o regime da ditadura no Brasil, pouco tendo contribuído com a democracia e o livre exercício da cidadania.

CARACTERÍSTICAS E FINALIDADES

O Núcleo B é composto por quatro prédios escolares que ficam localizados nas regiões de Areia, Caraíbas, e Paraíso. Grande parte dos moradores possuem residência fixa, tendo a agricultura como atividade econômica predominante nas comunidades.

É importante salientar que, a baixa renda familiar provocada pelo desemprego ocasiona vários problemas sociais como desestrutura familiar, alcoolismo, problemas de saúde e alimentação inadequada. Em média a renda dos moradores é de um salário mínimo, por família, e muitos recebem auxílio social do governo federal.

As atividades de esporte e lazer desenvolvidas no município de Anguera contam com o envolvimento da população dessas regiões em diversas modalidades

esportivas, onde se destaca o futebol. A religião predominante é a católica, mas existem adeptos da Congregação Cristã do Brasil, Assembléia de Deus, Avivamento de Deus Ministério Asafe.

Na área de saúde, a população beneficia-se com dois Postos de Saúde, sendo que: um localizado ao lado do Prédio Escolar Orlando Carneiro e outro próximo a Escola Maria Rita Alves de Jesus ambos no povoado de Areia. Quando necessário, o atendimento é feito no Hospital Municipal em Anguera.

A Educação é oferecida nestas localidades com atendimento para Educação Infantil, Ensino Fundamental I e Educação de Jovens e Adultos. A efetiva participação do Conselho Escolar criado em 2010, possibilitou o crescimento das comunidades.

É perceptível a influência estudantil nas atividades e projetos desenvolvidos pela escola. Observa-se que todas essas localidades têm em comum a boa interação com a escola, pois as comunidades reconhecem a suma importância deste espaço de formação para o alunado que ali estão inseridas.

Deste modo, a nossa finalidade enquanto instituição de ensino é ofertar um ensino de qualidade capaz de qualificar a formação educacional de cada educando, garantindo assim seus direitos previstos por lei bem como a sua formação plena para que possam se tornarem autônomo e participativos em meio as inúmeras demandas sociais.

1.3. Diagnóstico Atual

1.3.1. Avaliação Institucional

A avaliação é uma ação contínua no cotidiano das escolas, seja para medir, comparar, verificar, diagnosticar ou refletir sobre o processo educacional. Nesta mesma perspectiva, faz-se necessário que a avaliação institucional ocorra de forma participativa para que toda a comunidade escolar esteja comprometida com as tomadas de decisões e ações que visem sanar as dificuldades diagnosticadas neste processo avaliativo.

Para Feitas (2006, p. 16):

a avaliação institucional é um processo coletivo que mobiliza a escola toda para os problemas pautados pelas avaliações e reconhecidos pelo coletivo, com vistas a sua superação.(...) um papel importante ao ser uma

articuladora entre problemas, ações e compromissos locais da escola e seu vínculo com as demandas do poder público para alicerçar tais ações e compromissos.

Assim sendo, não há dúvidas que a avaliação institucional é uma importante ferramenta no processo de melhoria e reestruturação das práticas pedagógicas adotadas pelas escolas que compõem o Núcleo Regionalizado B. Deste modo, a avaliação das nossas escolas são realizadas no início de cada semestre e ao final do ano letivo, com responsabilidade e o compromisso ético para com a comunidade escolar, com o intuito de corrigir falhas e potencializar os pontos positivos, tornando-os como balizadores para a promoção da qualidade do nosso trabalho.

Assim, as escolas que compõem o Núcleo Regionalizado B passam por uma avaliação interna através de questionários para toda a comunidade escolar, realizando posteriormente momentos de estudo para dialogar, refletir e planejar ações, pois os profissionais necessitam refletir sobre sua prática, perceber se o trabalho desenvolvido atende às expectativas e necessidades para o desenvolvimento integral dos estudantes.

A avaliação acontece de forma dinâmica, mas sem perder de vista a sua importância para o andamento das unidades escolares, por isso ocorre em três momentos: no início do ano letivo, para estabelecer as metas do plano de ação, análise das demandas sinalizadas através da aplicação do diagnóstico dos alunos e a elaboração de estratégias para sanar as dificuldades dos educandos.

O segundo momento ocorre ao final de cada etapa letiva para o estudo e avaliação das metas planejadas no início do ano letivo e fazer a projeção para as etapas seguintes. O terceiro momento acontecerá a avaliação da execução das ações e cumprimento das metas propostas para o ano letivo.

Com base nos resultados da avaliação institucional interna é possível planejar ações a curto, médio e longo prazo para aperfeiçoar os serviços ofertados pelas escolas, apontar ações e estratégias para sanar as dificuldades existentes nas comunidades escolares bem como designar ações que possam colaborar para o aperfeiçoamento e melhor desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem.

Os instrumentos de avaliação externa são:

✓ **SIGA**

Como avaliação externa do sistema de ensino a Rede Municipal conta com um sistema próprio denominado Sistema de Gestão e Avaliação (SIGA). A prova do SIGA geralmente consta de 20 questões, sendo 10 de Língua Portuguesa e 10 de Matemática, elaboradas de acordo com os descritores da aprendizagem previstos no planejamento destes dois componentes curriculares (atualmente adaptados para habilidades preestabelecida pela (BNCC).

Esta avaliação serve como diagnóstico de aprendizagem do aluno, após a correção, a Secretaria de Educação gera uma síntese dos resultados, apontando os descritores críticos que mais precisam ser intensificados pedagogicamente em Língua Portuguesa e Matemática. A partir daí, os professores são orientados a intensificarem o trabalho em sala de aula a partir das dificuldades apresentadas pelos alunos.

✓ **SAEB**

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) é um conjunto de avaliações em larga escala que permite ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) diagnosticar a educação básica no Brasil e os fatores que podem afetar o desempenho dos alunos. Por meio de testes e questionários aplicados a cada dois anos em uma amostra de redes públicas e privadas, o Saeb reflete o nível de aprendizagem demonstrado pelos alunos avaliados e interpreta esses resultados a partir de uma série de informações contextuais. O Saeb permite que escolas e redes municipais e estaduais de ensino avaliem a qualidade da educação oferecida aos alunos.

O aproveitamento médio dos alunos, calculado no Saeb, e as taxas de aprovação, reprovação e evasão calculadas no censo escolar compõem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Assim, com base nos resultados é possível traçar alguns objetivos e metas, como:

- ✓ Fornecer informações sobre o processo de alfabetização aos professores e gestores das redes de ensino sem fins classificatórios;

- ✓ Avaliar o nível de alfabetização dos alunos/turma nos anos iniciais do ensino fundamental;
- ✓ Diagnosticar possíveis insuficiências das habilidades de leitura e escrita; Estabelecer metas pedagógicas para a rede de ensino;
- ✓ Investir em medidas que garantam melhor aprendizado;
- ✓ Desenvolver ações imediatas para a correção de possíveis distorções verificadas.

✓ **OBMEP MIRIM**

Neste ano de 2022 aconteceu a primeira OBMEP MIRIM (Olimpíada Brasileira de Matemática das Escola Públicas) sendo a primeira competição científica de matemática para alunos do 2º ao 5º ano do Ensino Fundamental, tendo como objetivo de incentivar o ensino da matemática e transformar a relação das crianças com a matemática nas series iniciais, introduzindo aspectos criativos e lúdicos no processo de aprendizagem.

A Olimpíada Mirim – OBMEP é dividida em dois níveis:

- ✓ MIRIM 1 – Alunos do 2º e do 3º ano do ensino fundamental;
- ✓ MIRIM 2 – Alunos do 4º e do 5º ano do ensino fundamental;

As provas acontecem em duas fases, para a classificação dos alunos para a segunda fase a escola calcula a porcentagem da quantidade de alunos que foram inscritos por níveis, pois apenas 10% serão classificados para a segunda fase. Após a correção das provas da segunda fase e o lançamento das mesmas no sistema da OBMEP, serão disponibilizados os certificados para impressão.

Dessa forma, as escolas que compõem o Núcleo Regionalizado B, reconhecem e utilizam essas ferramentas avaliativas como valiosos instrumentos de reflexão e ação, capaz de gerar contribuições eficazes para o aperfeiçoamento contínuo do sistema de educação básica e contribuindo significativamente para a formação integral dos nossos alunos.

2. CONCEPÇÕES PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS

2.1. Concepções Institucional de Ser Humano, Sociedade e Cultura

Ao considerar o homem como um ser que estabelece relação constante com o

meio em que está inserido, capaz de agir e transformar o espaço em que vive, a escola se apresenta enquanto instituição organizada que age ativamente na construção e transformação do indivíduo enquanto ser social, levando em consideração sua individualidade, sua autonomia, sua singularidade e afetividades.

A concepção de ser humano compreendida pela via de funcionamento deste estabelecimento de ensino é a de um ser racional e capaz que está em constante processo de formação com potencial de transformação social. A escola atua como espaço que busca incentivar, aprimorar e ampliar o desenvolvimento humano em seus aspectos sociais, culturais e cognitivos.

Neste sentido, percebemos e consideramos o indivíduo como ser autônomo capaz de discutir, tomar decisões, influenciar e colaborar com a sociedade em sua coletividade. Assim, o envolvimento consciente de todos que atuam em cada instituição do Núcleo B fazem da escola um espaço educativo capaz de conduzir crianças, jovens e adultos à inserção na sociedade de forma consciente.

Assim, a concepção de sociedade é entendida como um conjunto de indivíduos que dividem o mesmo espaço, com hábitos, crenças e valores parecidos e possuem objetivos em comum. A escola é um dos primeiros espaços sociais frequentados por estes indivíduos, desse modo, buscamos estabelecer uma relação de parceria com a comunidade e ao mesmo tempo fortalecer os laços com outras instituições, igrejas, associações, entre outras, no intuito de fortalecer as práticas de socialização dos nossos educandos.

No que se refere à cultura a concepção que se estabelece na escola diz respeito a todo conhecimento, atitudes, princípios, crenças e valores presentes em uma sociedade, corresponde ao modo de ser e agir de cada indivíduo, esta maneira de ser e agir estão relacionados aos diferentes aspectos a que cada ser está envolvidos: político, social, religioso, entre outros.

A escola atua como uma instituição que busca conhecer as diferenças culturais que fazem parte da vida dos nossos alunos, cada ser é único, porém, faz parte de diferentes espaços e por isso deve conhecer e compreender os diferentes aspectos da sociedade em que vive.

De acordo com Saviani (2008, p. 13):

O objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos

elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo.

Nesta perspectiva, nossas escolas buscam possibilitar aos educandos a aquisição de novos conhecimentos e a potencialização daqueles que fazem parte das suas trajetórias de vida. Ao considerar suas vivências e realidade potencializamos a sua inserção enquanto sujeitos históricos apartir dos seus conhecimentos sobre o mundo que os cercam, por isso, a importância da realização de um trabalho que envolva os elementos culturais, sobretudo os que envolvem a cultura local.

No intuito de fortalecer os aspectos culturais são destacadas as seguintes iniciativas: pesquisas sobre elementos da cultura local, festas populares, danças, crenças, realização de eventos com participação da comunidade, atividades artísticas, produções e apresentações artísticas e culturais, abordagem de temas variados relacionados à cultura entre outros.

2.2. Concepção Institucional de Educação Integral, Escola e Ensino

Pensar a educação direcionada para a formação humana envolve questões que estão para além do espaço escolar, o desenvolvimento humano não depende unicamente do aprender sistematizado ou do domínio do fazer pedagógico do professor em sala de aula, decorre da relação do indivíduo com os diferentes espaços, suas vivências e experiências que o acompanham ao longo da vida.

Nesse sentido, a BNCC destaca a importância da educação integral, que envolve considerar as diferentes dimensões formativas e possibilitam o desenvolvimento pleno do indivíduo: Pensamento, percepção, raciocínio e a memória interligados aos processos de desenvolvimento físico, emocional, cultural e social dos estudantes.

Nessa perspectiva, a educação Integral propõe políticas e práticas inclusivas que contribuam para a superação das desigualdades. Ainda de acordo a Base Comum Curricular (2018, p.14), a Educação Integral implica:

Assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades. Além disso,

a escola, como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades.

Para tanto, a concepção de educação integral é definida como aquela busca contemplar o estudante nos diferentes aspectos: social, físico, intelectual, histórico e cultural, éticos e morais que prepara o estudante para serem cidadãos éticos e transformador, partindo do princípio que o estudante é protagonista do processo educacional. O processo de estruturação no ensino que visa o desenvolvimento integral consiste no reconhecimento de que é preciso formar seres autônomos e atuantes na sociedade.

A concepção de escola considerada pauta-se numa instituição social que tem por finalidade ofertar o ensino a crianças, aos jovens e adultos contribuindo para a formação dos indivíduos. Concebemos ainda como o espaço da troca de informações e experiências, no qual está para além da produção do conhecimento diante da sua função social.

O ensino, por sua vez, está intrinsecamente relacionado ao ato de educar, envolve mudança de comportamento, condições de resolução de problemas, potencialização da criatividade, da autonomia e do pensamento crítico. Desse modo, o ensino está pautado na interação aluno e professor e na socialização dos objetos do conhecimento de modo que este venha a estabelecer relação com a realidade do aluno e a sociedade.

2.3. Concepção Institucional de Ciência Tecnologia e Trabalho

Explicar os diferentes fenômenos ou acontecimentos existentes no universo em seus variados aspectos não pode ser interpretado fora do conhecimento científico. O ato de comprovação deve partir da experimentação e implicações das descobertas frente a questões, tecnológicas, socioambientais, individuais ou coletivas.

A ciência representa a consolidação do saber e do explicar fenômenos relativos à saúde, a tecnologia a alimentação, entre outros, de modo a garantir confiabilidade nas descobertas e sua importância na vida cotidiana. A escola, cujo compromisso é despertar o interesse, envolver e conduzir o aluno à investigação, tem função primordial de oferecer ao estudante acessibilidade a esse universo investigativo.

A concepção de tecnologia é entendida como uma das diferentes linguagens as quais o estudante tem acesso. A linguagem tecnológica destaca-se como aquela,

cuja, função envolve receber, partilhar e expressar diferentes informações através de recursos interativos, e utilizá-los de forma crítica e eficiente frente ao mundo globalizado.

A BNCC (2018, p. 487) destaca a importância da escola adotar metodologias que envolvam o uso da tecnologia no processo de ensino- aprendizagem:

[...] propostas de trabalho que potencializem aos estudantes o acesso a saberes sobre o mundo digital e a práticas da cultura digital devem também ser priorizadas, já que, direta ou indiretamente, impactam seu dia a dia nos vários campos de atuação social e despertam seu interesse e sua identificação com as TDIC. Sua utilização na escola não só possibilita maior apropriação técnica e crítica desses recursos, como também é determinante para uma aprendizagem significativa e autônoma pelos estudantes.

Desta forma, nossas escolas buscam por melhorias frente a este universo tecnológico, uma vez que, não dispomos de recursos que atendem a tais necessidades. Reconhecemos o quanto o uso das TDICs contribui para aprendizado e desenvolvimento do aluno nos vários campos de atuação.

Dentre as ações que movem o ser humano em seu espaço de vivência está o trabalho, sendo este um fator indispensável na vida do ser humano, realização de um tarefa pela qual receberá um salário é uma das definições dada ao termo trabalho. Assim, concebemos o trabalho como atividade humana que envolve elementos físicos e intelectuais, e tem por finalidade atingir metas, além disso envolve fatores diretamente ligados à Ciência, Tecnologia, Meio ambiente e Cultura, uma vez que, o trabalho não deve estar limitado ao salário ou remuneração final.

Preparar o indivíduo para o mundo do trabalho e garantir a construção e reafirmação da identidade do estudante tem sido o desafio da escola que busca alinhar os conhecimentos pedagógicos as praticas sociais destes estudantes ao longo da vida. Embora não disponha de recursos digitais, a escola tem buscado envolver os estudantes no processo investigativo através da pesquisa, das discussões, resolução de problemas, enfim, na produção de conhecimento, tendo em vista a aprendizagem significativa.

2.4 Concepção de Currículo

O Currículo não se trata apenas de uma definição teórica ou uma questão burocrática, diz respeito à rota, caminho, percurso, dando referência a organização do trabalho pedagógico realizado diariamente nas escolas.

A organização escolar perpassa as estruturas físicas dos prédios e os

profissionais que atuam na unidade escolar; e adentra nas questões que implicam na articulação curricular, ou seja, em seu mecanismo gerador e impulsionador, pois a partir dele que todo trabalho pedagógico é planejado.

Moreira e Silva (2011, pp. 7-8) destacam que:

[...] o currículo considerado um artefato social e cultural. Isso significa que ele é colocado na moldura mais ampla de suas determinações sociais, de sua história, de sua produção contextual. O currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. O currículo está implicado em relações de poder, o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, o currículo produz identidades individuais e sociais particulares.

O currículo é considerado um artefato social e cheio de intencionalidades, pois parte do pressuposto de que as ações pedagógicas devem seguir a uma lógica organizacional, visando à sociedade na qual o sujeito está inserido e interage. Desse modo, Sacristan (1999, p. 61) pontua que:

O currículo é a ligação entre a cultura e a sociedade exterior à escola e à educação; entre o conhecimento e cultura herdados e a aprendizagem dos alunos; entre a teoria (idéias, suposições e aspirações) e a prática possível, dadas determinadas condições.

Assim, o currículo escolar deve ser estruturado com o intuito de propiciar condições adequadas à construção da aprendizagem dos educandos valorizando a cultura local e os conhecimentos prévios de cada educando.

Sendo assim o currículo estará exercendo o seu papel como espaço privilegiado, onde as relações de saber e poder se inter cruzam no intuito de abarcar as distintas realidades culturais da sociedade e comunidade escolar, contudo, tais relações são indispensáveis na construção das identidades sociais dos sujeitos, bem como, as suas subjetividades.

2.4.1 Fundamentos do Currículo

A organização curricular, das escolas que compõem o Núcleo Regionalizado B, está articulada à Rede Municipal de Educação de Anguera através do Documento Curricular Referencial Municipal de Anguera (2022), o qual está fundamentado e embasado pela BNCC (2018) e pelo DCRB (2020). Tendo estes documentos e a realidade dos estudantes como balizadores do currículo e concomitantemente das práticas pedagógicas.

Nesta perspectiva, o DCRB (2020, p. 17) acentua que:

A escola tem potencial político, inteligência institucional e operacional para se apropriar das políticas curriculares com responsabilidade e, também, propor singularidades curriculares com pertinência, considerando que o "direito à aprendizagem e ao desenvolvimento dos estudantes e dos professores deverá sempre ser tomado como perspectiva. Ou seja, pluralmente considerado, por mais que tenha de pleitear como compromisso coletivo "o bem comum, socialmente referenciado, a partir da Educação.

Desse modo, o DCRB enfatiza sobre o potencial político que a escola exerce na sociedade, daí a importância e a responsabilidade em propor singularidades no currículo para garantir o direito de aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos e professores, visando o bem comum.

A BNCC (2018, p. 16), por sua vez, destaca que:

A BNCC e os currículos se identificam na comunhão de princípios e valores que, como já mencionado, orientam a LDB e as DCN. Dessa maneira, reconhecem que a educação tem um compromisso com a formação e o desenvolvimento humano global, em suas dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica.

Os documentos que norteiam o trabalho pedagógico e o currículo escolar discorrem sobre a importância da formação e do desenvolvimento humano de forma global, ou seja, em todos os aspectos e dimensões, tendo o sujeito como agente ativo dessa formação.

Sendo assim, a BNCC e o nosso currículo em suas inúmeras atribuições assumem papéis complementares, visando à efetivação das aprendizagens essenciais propostas para cada etapa da Educação Básica. Nesta perspectiva que a tomada de decisões na construção e implementação do currículo escolar deve partir do pressuposto de que cada educando possui características singulares, ou seja, anseios e necessidades próprias no que tange as questões da coletividade (comunidade onde está inserido).

As metodologias de ensino são diversificadas, pois parte do pressuposto de que o professor aplicará a metodologia adequada para determinada atividade. Desse modo espera-se que o professor contextualize e problematize suas aulas para que possam ser convidativas e que o educando de fato tenha uma aprendizagem significativa.

Nesse contexto, a proposta metodológica defendida pelo Documento Curricular Referencial Municipal, e incorporada no Projeto Político-Pedagógico do Núcleo Regionalizado B é trabalhar de forma contextualizada, levando em consideração os saberes prévios dos discentes, respeitando a realidade em que vivem, bem como a

sua história de vida, desenvolvendo atividades que facilitem a aprendizagem, tornando-os sujeitos críticos e autônomos em seu processo educacional.

A relação ensino-aprendizagem deve ser recíproca, baseada em um processo de troca de experiências entre docentes e alunos, buscando permanentemente diálogos, estratégias, ações, em que o ensino seja vislumbrado pela óptica dos estímulos que impulsionem as aprendizagens dos alunos.

2.4.2 Princípios do Currículo

Dentre os diversos desafios da instituição escolar o que se faz necessário e urgente é o de trabalhar as competências socioemocionais dos profissionais da educação bem como as competências socioemocionais dos nossos estudantes, e o currículo escolar deve garantir o desenvolvimento de tais competências.

Nesta perspectiva, torna-se necessário romper com as práticas pedagógicas que tratava apenas de conteúdos desassociados do sujeito. Com isso, ressaltamos sobre a importância de repensar as práticas escolares (pedagógicas), para que passem a ajudar os estudantes a aprenderem a se relacionar consigo e com as demais pessoas, dentro e fora da escola, respeitando seus pontos de vista, dialogando e respeitando suas emoções.

Com isso, espera-se que a mediação das competências cognitivas aconteça de forma efetiva e com foco no desenvolvimento integral do ser humano.

Desse modo, Chauí (2011, p. 437) afirma que:

Nossos sentimentos, nossas condutas, nossas ações e nossos comportamentos são modelados pelas condições em que vivemos (família, classe e grupo social, escola, religião, trabalho, circunstâncias políticas, etc.). Somos formados pelos costumes de nossa sociedade, que nos educa para respeitarmos e reproduzirmos os valores propostos por ela como bons e, portanto, como obrigações e deveres. Dessa maneira, valores e maneiras parecem existir por si e em si mesmos, parecem ser naturais e intemporais, fatos ou dados com os quais nos relacionamos desde o nosso nascimento: somos recompensados quando os seguimos punidos quando os transgredimos.

Na mediação entre as competências cognitivas e as competências socioemocionais os professores e demais profissionais da educação atuantes, nas escolas que compõem o Núcleo Regionalizado B, podem se deparar com diversas situações, no entanto, ressaltamos que os sentimentos, as ações, condutas e comportamentos são modelados a partir das condições em que o sujeito vive e que a formação pessoal sofre influências dos costumes, valores e organização da

sociedade em que está inserido desde o nascimento.

Visando mudanças significativas na educação brasileira e o desenvolvimento das competências socioemocionais a BNCC (2018, p. 10) propõe:

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

Assim, apostamos para o desenvolvimento da empatia e cooperação como competências socioemocionais necessárias para que a escola possa ser um ambiente acolhedor e de respeito às diversidades, que valorize as potencialidades de cada indivíduo, pois, dessa forma, o ambiente escolar será ainda mais propício ao desenvolvimento das competências e habilidades necessárias para uma formação integral.

2.5 Concepção de Gestão Democrática

As unidades escolares, do Núcleo Regionalizado B, têm como princípio a gestão democrática e participativa previstas pelo DCRB E DCRM, de forma a garantir espaços de atuação coletiva, para que esse processo de democratização se efetive. Em razão desse objetivo, compete a escola e a todos os seus envolvidos, buscar meios para fortalecer e tornar eficaz essa representatividade, assim como assumir essa responsabilidade educativo-social.

Entendemos que uma escola pública de qualidade deve buscar estabelecer dentro dela uma gestão que dê a todos os atores envolvidos um sentimento e uma relação de pertencimento ao ambiente escolar, acreditamos que para atingir esse objetivo é necessária uma gestão democrática da escola, considerando assim as opiniões de cada sujeito que deverão ser respeitadas dentro de suas relevâncias.

Segundo Dourado (1998, p. 68):

A democratização da gestão é definida enquanto possibilidade de melhoria na qualidade pedagógica do processo educacional das escolas, na construção de um currículo pautado na realidade local, na maior integração entre os agentes envolvidos na escola, no apoio efetivo da comunidade às escolas, como participante ativa e sujeito do processo de desenvolvimento do trabalho escolar.

Nesse contexto, o gestor escolar precisa estar consciente de seu papel, buscando a cada dia se qualificar e aperfeiçoar, de forma a garantir espaço de

atuação coletiva, incluindo a participação de toda a sociedade. Líbano (2001) ainda explicita ser a participação, fundamental para garantir a gestão democrática da escola, pois é por meio destes que todos estarão presentes nas decisões e construções de propostas.

É importante deixar todos conscientes de tudo o que acontece em relação à gestão da instituição como um todo. Assim, as ações das Instituições do Núcleo B, são divulgadas utilizando as redes sociais e os espaços físicos das escolas. A escola expõe a cada ano, os valores que recebeu no exercício, o quanto realizou de despesas, com o quê foi gastado e o valor reprogramado, para conhecimentos dos professores, funcionários de apoio, pais, responsáveis, alunos e toda comunidade escolar, afim de prestar contas primando pela transparência.

Assim, as ações das instituições do Núcleo B que contribuem para consolidar a gestão democrática nas unidades escolares contam com a participação efetiva dos seguintes órgãos:

- ✓ O Conselho Escolar tem funções de caráter, consultivo, deliberativo, fiscal, constituindo-se em órgão garantidor da gestão democrática do ensinopúblico, é constituído por representantes de professores, estudantes, pais, profissionais da educação, membros da comunidade local e o diretor da escola. Todos esses segmentos têm um titular e um suplente, sendo que o Diretor da escola é caracterizado como membro nato.
- ✓ O Caixa Escolar é uma Unidade Executora com personalidade jurídica de sociedade civil e direito privado, sem fins lucrativos representativa da comunidade escolar, sendo o gestor da escola responsável por gerir o recurso juntamente com os membros do conselho fiscal e deliberativo e toda comunidade escolar. O Caixa Escolar recebe e administra recursos transferidos por órgãos federais advindo da comunidade, de entidades privadas ou provenientes da promoção de campanhas escolares.
- ✓ O Conselho Escolar, que se constitui num importante espaço de tomada democrática de decisões, pois alguns membros não são atuantes e reponsáveis em suas ações. Para tanto, faz-se necessário que os membros do conselho participem de cursos de capacitação específicas para atuar com eficácia.

As escolas que compõem o Núcleo B, procura reforçar e incentivar, a relação da comunidade com o ambiente escolar, tornando a escola um espaço aberto para todos. A equipe gestora proporciona ações para atrair o interesse dos alunos e a participação efetiva dos pais/responsáveis, promovendo, no decorrer do ano letivo, reuniões com o objetivos de esclarecer e informar sobre cada ação, solicitando a participação da comunidade escolar no processo de tomada de decisão.

2.6. Princípios Orientadores da Prática Pedagógica

2.6.1. A Pesquisa como Princípio Pedagógico

Ao longo dos anos a prática docente foi realizada através de repetições, com a implementação de metodologias que apesar de serem fruto de pesquisas não eram avaliadas ou registradas durante a prática profissional. Para que os processos de ensino e aprendizagem sejam eficientes de fato, é necessário que o professor esteja disposto a investigar sua práxis de forma contínua.

A educação é uma prática que requer reflexão contínua, é a partir dessas reflexões que as mudanças nas metodologias vão acontecendo e novas práticas de ensino, tornam-se inovadoras.

A pesquisa desempenha um papel importante no processo educativo, pois a mesma possibilita ao aluno estabelecer um elo entre os saberes populares e as práticas do cotidiano. Nessa perspectiva, Pimenta (2003) enfatiza a importância de preparar professores que assumam uma atitude reflexiva ao ensino e as condições que o influenciam.

Assim, ressaltamos que o espaço de aprendizagem é um importante meio para desenvolvimento da consciência crítica nos sujeitos, sendo base para que reflitam e criem condições para tornarem-se atuantes na sociedade. O cenário atual, requer que o professor desmistifique o processo de ensino e aprendizagem, que esteja disposto a melhorar e modificar a sua prática pedagógica, estimulando e instigando a curiosidade dos alunos, respeitando sua autonomia e dignidade.

2.6.2. O Trabalho como Princípio Educativo

Compreendemos que trabalho e educação são atividades especificamente humanas, é através do trabalho que o homem se humaniza, isso acontece a partir da necessidade de transformar sua realidade através da construção do

conhecimentos. A educação como princípio educativo nos remete à relação entre trabalho e educação, afirmando o caráter formativo como ação humanizadora por meio do desenvolvimento de todas as potencialidades do ser humano.

O sentido dado ao trabalho como princípio educativo, requer que o professor leve os alunos a entender que a sociedade e o homem sejam capazes de produzir sua sobrevivência e conhecimento. Que os alunos possam ser educados para serem construtores do próprio ser, de modo a apropriar-se da realidade, transformando-a, para tanto, é importante que o trabalho tenha uma perspectiva pautado na interdisciplinaridade de forma contextualizada.

2.6.3. O respeito à diversidade

Atualmente o uso da palavra diversidade tem sido empregada em vários contextos sociais, a mesma propõe uma prática inclusiva de todos os alunos, assim, abordar a temática da diversidade no ambiente escolar é de suma importância para combater a prática da intolerância, da discriminação, do constrangimento e muitas outras práticas do preconceito muitas vezes ignorados.

Daí a importância de abordar a temática na escola, partindo da necessidade do desenvolvimento de uma prática pedagógica que visa atender sua clientela pautada no respeito as diferenças, incentivando uma convivência harmoniosa com as variações de gênero, cor, religião e comportamento. Nesse sentido, o ambiente escolar deve para incentivar o respeito as diferenças, o mesmo precisa ser aplicado desde dos primeiros anos de escolaridade.

O ambiente escolar é um espaço que precisa ser acolhedor, por onde circula uma diversidade humana, que precisam ser orientados sob a concepção de que o processo de aprendizagem não deve ser homogeneizado, é preciso considerar a diversidade.

Segundo Costa (2014, p. 5):

A diversidade tem ligação estreita com igualdade, um dos princípios do estado democrático. Portanto, a educação, é fundamental que os profissionais tenham condições para reconhecer a heterogeneidade social e o direito que todos têm, mediante a equidade no tratamento dos diferentes grupos sociais. A equidade revela que a diferença entre os diferentes grupos sociais não deveria comprometer a igualdade de direitos, pois as diferenças não pode se converter e desigualdades.

Faz-se necessário nesse espaço o trabalho de conscientização e garantia do

direito à aprendizagem de todos os estudantes independente de raça, gênero, etnia, orientação sexual, necessidade especiais, religião, geração ou situação socioeconômica, onde esses indivíduos sintam-se respeitados, tendo sua individualidade reconhecida e aceita. Para alcançar tal objetivo é preciso criar estratégias e ofertar uma formação onde os professores e alunos se tornem cidadãos mais preparados para conviver com situações de pluralidade.

Nesse sentido, ressaltamos que trata-se de um trabalho que precisa do envolvimento não só da equipe escolar, como dos pais e da sociedade, juntos ensinando e orientando o respeito à diversidade, incentivando uma convivência harmoniosa evitando o sofrimento e constrangimento.

3. DIRETRIZES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA

3.1. O Planejamento Pedagógico

O planejamento é um instrumento de fundamental importância para nortear o trabalho do professor, é um processo de sistematização e organização das ações educativas, onde será possível sistematizar as atividades pedagógicas com as vivências do contexto social. Sabemos que o ato de planejar está presente em todos os momentos da vida humana, o qual apresenta algumas especificidades na área da educação, como define Vasconcellos (2000, p. 79):

O planejamento enquanto construção-transformação de representações é uma mediação teórica metodológica para ação, que em função de tal mediação passa a ser consciente e intencional. Tem por finalidade procurar fazer algo vir à tona, fazer acontecer, concretizar, e para isto é necessário estabelecer as condições objetivas e subjetivas prevendo o desenvolvimento da ação no tempo.

É através do planejamento pedagógico que o professor organiza ações referentes ao desenvolvimento da aprendizagem de seus alunos. O planejamento pedagógico das escolas que compõem o Núcleo Regionalizado B, tem uma organização própria, as ACs da Educação Infantil acontecem às quartas-feiras nos turnos matutino e vespertino.

Já, no Ensino Fundamental Anos Iniciais, as ACs acontecem nas terças-feiras e quintas-feiras, nos turnos matutino e vespertino, sendo momentos de estudo e planejamento das atividades e estratégias de ensino que visem o desenvolvimento integral dos estudantes, tendo a orientação da coordenação pedagógica e da gestão.

Sendo assim, as aulas são planejadas a cada semana, seguindo as habilidades do Plano de Curso de cada componente curricular, com base ainda nas necessidades dos alunos e nos documentos curriculares referenciais.

Com isso, o educador, ao planejar, leva em consideração as necessidades dos alunos. Percebendo as potencialidades, identificando possíveis dificuldades e buscando soluções, considerando o desenvolvimento infantil, as singularidades de cada criança. Desta forma, as competências e habilidades trabalhadas aliadas com as metodologias dos professores são responsáveis pela produção e aquisição das aprendizagens e dos saberes historicamente construídos pela humanidade.

3.2. A Avaliação para a Aprendizagem

A avaliação faz parte do processo de ensino e aprendizagem, e como tal é necessário que ambos os processos sejam acompanhados por diversos tipos de avaliações capazes de abranger e contribuir com a formação integral de cada educando. Deste modo, a avaliação deve ser compreendida como processo relevante, construído e consolidado a partir de uma cultura de “avaliar para garantir as habilidades” previstas nos documentos curriculares referenciais.

Dentro desse contexto, a avaliação do rendimento escolar ocorre de acordo com as competências e habilidades estabelecidas pela BNCC, DCRB e DCRM, subdivididas no plano de curso da rede municipal de Anguera, que prioriza uma avaliação com um caráter investigativo, processual e cumulativo, buscando identificar as reais necessidades para o aprimoramento da qualidade da educação.

Dessa forma, o nosso Projeto Político-Pedagógico reforça que, é preciso avaliar de maneira formativa, isto é, os educadores devem investigar o percurso do aluno, observar o seu progresso, analisar suas dificuldades e propor novas práticas que permitam o seu desenvolvimento.

Vale ressaltar que, as escolas que compõem o Núcleo Regionalizado B, contemplam o ensino na Educação Infantil, Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Educação de Jovens Adultos e Idosos, onde o processo avaliativo acontece através de observações e registros.

Deste modo, as avaliações acontecem da seguinte forma em cada etapa de ensino:

- ✓ **Educação Infantil** a Rede Municipal de Ensino de Anguera estabelece os seguintes instrumentos avaliativos no âmbito desta etapa:

Registros diários: Produzidos diariamente pelo professor em forma de anotações, a partir das observações das propostas de atividades realizadas com e pelas crianças, a respeito do que foi apresentado e como se inseriram no processo, como meio de manter a memórias das experiências vividas e fornecer elementos que enriqueçam posteriormente a elaboração dos relatórios. Essas observações e registros oportunizam conhecer e acompanhar cada criança em seus aspectos físicos, cognitivos, afetivos e sociais, seus modos de ser e agir. Para isso, torna-se fundamental que o professor anote o nome da criança, idade, local e horário do que está sendo observado. Além das anotações, existem outras formas de registros como gravação das falas, vídeos, fotografias e atividades realizadas pelas próprias crianças.

Avaliação diagnóstica: Ferramenta que ajuda a mapear os conhecimentos prévios trazidos pela criança, realizada logo nos primeiros dias do ano letivo. Essa avaliação tem como objetivo conhecer o desenvolvimento da criança e também possibilitar ao professor um planejamento significativo com base nas informações obtidas. Os modelos adotados pela Rede Municipal são os seguintes:

- Evolução do Desenho (Creche - grupos 02 e 03)
- Evolução da Escrita (creche grupo 03)
- Evolução do Desenho (Pré-escola - grupos 04 e 05)
- Atividade Diagnóstica: Leitura e Escrita / Letramento Matemático (Pré-escola - grupos 04 e 05)

Vale salientar que a avaliação diagnóstica será realizada no início de cada etapa letiva nos grupos supracitados. É importante ressaltar, que logo no final primeiro semestre todas as escolas de educação infantil da Rede realizarão um questionário de autoavaliação do professor, conforme orienta o DCRM “objetivando despertar reflexão e análise sobre suas práticas, no sentido de colaborar para o desempenho da ação pedagógica [...]”. Essa autoavaliação é um instrumento que permitirá a partir da autorreflexão do professor, a construção de um trabalho mais consciente e efetivo, ao longo do período letivo.

Portfólio: Instrumento importante que serve para comunicar as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças. Caracteriza-se por registrar

diferentes momentos e vivências da criança na instituição. De acordo Shores e Grace (2001) no livro Manual do Portfólio “os portfólios são definidos como uma coleção de itens que revela, conforme o tempo passa os diferentes aspectos do crescimento e do desenvolvimento de cada criança” (p. 43). Sendo assim, nele deve constar as produções que mais fizeram sentido para a criança, revelando suas habilidades e evidenciando suas aprendizagens. Existem vários tipos de portfólio, no entanto na Educação Infantil da Rede destacaremos os seguintes:

- ✓ **Portfólio de aprendizagem:** Esse portfólio vai armazenando todas as produções das crianças durante cada etapa letiva. No final de cada etapa deverá ser entregue as famílias nos respectivos plantões pedagógicos.
- ✓ **Portfólio demonstrativo:** Esse modelo contempla as atividades mais significativas e que mais evidenciam o desenvolvimento das crianças durante todo o ano letivo, constando os registros mais relevantes das observações relacionadas as imagens que revelem a aprendizagem da criança nas propostas selecionadas. Este portfólio poderá ser entregue as famílias no plantão pedagógico no final do ano letivo.

Vale ressaltar, que o Portfólio é muito mais que uma coleção de atividades produzidas pelas crianças, é um meio de promover a reflexão e reorganização do planejamento a partir das informações colhidas, orientando as ações pedagógicas com foco no desenvolvimento das aprendizagens da criança.

Relatório individual: Caracteriza-se como uma narrativa que tem como objetivo comunicar as aprendizagens, expressando avanços, conquistas e descobertas no processo educativo da criança, bem como relatar o processo vivido em sua evolução, dando visibilidade tanto ao seu desenvolvimento e aprendizagem quanto ao trabalho pedagógico realizado. O relatório deve ser fruto dos registros diários feitos pelo professor, devendo manter consonância com o Portfólio. Ao redigir o relatório individual da criança, o professor deve está atento e relatar as aprendizagens dentro do contexto vivido, as características de desenvolvimento da criança a partir das interações, brincadeiras e mediações, refletindo sobre as experiências que foram oportunizadas.

A elaboração dos relatórios será consolidada no final de cada etapa letiva, estes deverão ser socializados com os pais ou responsáveis pela criança, até 15 dias corridos a partir do término das etapas previstas no calendário letivo, em plantão

pedagógico, para que tenham conhecimento do desempenho da criança e do trabalho realizado pela instituição, que deverá anexar uma cópia na pasta de documentos da criança e entregar outra cópia aos pais ou responsáveis junto com o portfólio de atividades desenvolvidas durante a etapa.

- ✓ **Ensino Fundamental (1º ano):** se mantém de forma processual, no entanto, devem-se observar os avanços ou permanências e registrá-los em um relatório ao final de cada etapa de ensino, ou seja, 1 (um) relatório individual do aluno na primeira etapa, outro na segunda etapa e o relatório final na terceira etapa. Além desse instrumento, há uma ficha que elenca habilidades de todos os componentes curriculares que as crianças devem alcançar em cada etapa letiva.
- ✓ **Ensino Fundamental (2º ao 5º ano):** o processo avaliativo ocorre a cada etapa letiva, sendo utilizadas de três instrumentos, as avaliações finais da unidade com peso (5,0), os testes com peso (3,0) e os trabalhos diversificados e desenvolvidos no processo educacional com peso (2,0). Também é realizado o relatório descritivo que contempla pontos significativos, abordando o desenvolvimento do aluno e as competências e habilidades que ainda não foram consolidadas durante o ano letivo.

Educação de Jovens e Adultos: O processo avaliativo na EJA, assim como, no ensino regular das unidades de ensino do núcleo ocorre de forma processual e os instrumentos avaliativos são organizados de modo que possam acompanhar o desenvolvimento do aluno em diferentes aspectos. Um dos instrumentos de verificação utilizado é o portfólio, organizado com as atividades realizadas durante cada etapa letiva, este instrumento possibilita acompanhar o estágio de desenvolvimento da aprendizagem de cada estudante. A prova também é um instrumento utilizado de forma quantitativa e qualitativa.

Todo o processo avaliativo descrito acima é registrado em diários e lançados no Sistema de Controle de Alunos (E-Grafite), implantado pela Secretaria Municipal de Educação do Município de Anguera. Ao final de cada etapa letiva há o pré-conselho de classe, o qual contém fichas de acompanhamento por habilidades e por componente curricular para que os professores tenham uma visão sistematizada da turma e uma outra ficha para elencar os planos estratégicos de cada turma.

Ao final do ano letivo, o aluno que obteve rendimento insuficiente durante as 03 etapas, será submetido aos estudos de recuperação. Sendo aprovados os que alcançarem média igual ou superior a 5,0 (cinco). Caso contrário o discente submeter-se-á ao Conselho de Classe, observando os critérios previstos no Regimento da Instituição de Ensino.

Deve-se considerar, além do resultado final, a participação individual nas atividades propostas e a autoavaliação do processo para analisar o percurso do estudante e fugir um pouco das provas. É importante ressaltar que tudo precisa ser compartilhado com a turma. Eles precisam ter visibilidade do que se espera alcançar com a proposta, o que está sendo trabalhado e o porquê. Também faça essa explicação para as famílias como forma de se aproximar e fortalecer a parceria.

Neste sentido o professor deve utilizar diversas estratégias para pensar a avaliação na prática:

- ✓ **Estudo do currículo:** para planejar a avaliação, é necessário saber quais são as habilidades essenciais, isto é, saber o que as crianças deveriam dominar.
- ✓ **Diversificação dos instrumentos de avaliação:** aplicação de provas com questões objetivas ou enormes listas de exercícios não são as estratégias mais viáveis no atual contexto. Por isso, é necessário buscar alternativas diversas. Por exemplo, propondo questões que tragam desafios para serem resolvidos; produções de textos; apresentações orais de um determinado tema dado a partir de um roteiro construído em parceria com toda a turma; ou produções orais e de vídeos a partir de um livro, obra de arte, entrevista, jogos, painel, debates, estudo de caso, juri simulado, poster, paródias, atividades práticas, estudos de campo, dentre outras atividades pertinentes e adequadas a cada turma.
- ✓ **Planejamento das entregas dos trabalhos em pequenas etapas:** otimização do tempo entre uma entrega e outra para que elas não percam o foco. Utilização da agenda e de ferramentas digitais para lembrar as datas e ajudar a turma a se organizar e ficarem menos ansiosos. A parceria com as famílias também se faz necessária para que possam acompanhar o que está sendo solicitado e quando devem entregar.
- ✓ **Registro do percurso dos alunos:** a documentação é essencial para que o professor possa analisar e refletir sobre sua própria prática e fazer intervenções

necessárias para que os estudantes avancem. Existem alguns caminhos possíveis: pautas de observação, portfólios, relatórios, registros por meio de fotos, vídeos ou gravações.

Avaliar, portanto, é um processo complexo que está conectado com a visão de educação e de aprendizagem do professor. Para tanto, as escolas que compõem o Núcleo B considera o processo avaliativo como uma oportunidade de rever ações, estratégias e redirecionar os olhares para a prática pedagógica, com o intuito de buscar caminhos para melhorar a aprendizagem.

3.3. Os Temas Integradores

3.3.1. Educação em Direitos Humanos

As lutas dos movimentos sociais pela valorização da vida, respeito às diversidades e as liberdades individuais e coletivas impulsionaram o processo de redemocratização do país consagrado pela Constituição Cidadã de 1988 que visa garantir e assegurar o direitos de todos.

O Plano de Educação em Direitos Humanos (2006, pp.13-32) aponta os seguintes princípios norteadores da educação em Direitos Humanos:

São princípios norteadores da educação em direitos humanos na educação básica:

a) a educação deve ter a função de desenvolver uma cultura de direitos humanos em todos os espaços sociais;

b) a escola, como espaço privilegiado para a construção e consolidação da cultura de direitos humanos, deve assegurar que os objetivos e as práticas a serem adotados sejam coerentes com os valores e princípios da educação em direitos humanos;

c) a educação em direitos humanos, por seu caráter coletivo, democrático e participativo, deve ocorrer em espaços marcados pelo entendimento mútuo, respeito e responsabilidade.

Assim, as escolas do Núcleo Regionalizado B devem reunir forças no sentido de sensibilizar toda a comunidade escolar, para poder se envolver na defesa desses direitos em suas perspectivas individuais, coletivas, econômicas, políticas e culturais, com vistas à construção de uma sociedade mais justa, cujos princípios norteadores têm assento em valores humanos igualitários, inclusivos e democráticos.

Pensando nas diversas etapas e na modalidade de ensino (EJA) que integram o fazer educativo do Núcleo Regionalizado B, articulamos atividades diversas, junto

ao **Projeto Direitos Humanos na Escola**, que vão desde a explanação dos direitos e deveres das crianças estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) até aos conteúdos preestabelecidos pela Constituição Federal de 1988 que definem os direitos e deveres para a promoção da vida em sociedade.

Durante a implementação do referido Projeto, vamos ampliá-lo com o desenvolvimento de atividades que viabilizem a confecção de cartazes, a produção de vídeos informativos produzidos pelos próprios alunos, faremos o compartilhamento de textos que contemplem cada modalidade de ensino presente em nosso Núcleo, além do trabalho com os conhecimentos prévios através do insetivo a pesquisa como forma de ampliar a participação do nosso alunado, com o intuito de formar e informar cada educando que integra a nossa instituição.

É primordial que a escola impulse mudanças e repense atitudes, fazendo com que o educando, assim como a comunidade escolar como um todo, apropriem-se de conhecimento burocrático a cerca do seu cotidiano e o papel que os mesmos exercem na sociedade.

3.3.2. Educação para a diversidade

A escola, entre outros espaços sociais, é um território onde a diversidade humana é temática latente, candente, entremeada por contornos áridos e práticas sociais contraditórias e muitas vezes tensionadas. Ela tende a reafirmar predileções historicoculturais, veladas ou declaradas, de valores, atitudes e conhecimentos, ditos socialmente aceitáveis ou “politicamente corretos”.

A este respeito, Costa (2014, p. 5) destaca que:

A diversidade tem ligação estreita com igualdade, um dos princípios do estado democrático. Portanto, em educação, é fundamental que os profissionais tenham condições para reconhecer a heterogeneidade social e o direito que todos têm, mediante a equidade no tratamento dos diferentes grupos sociais. A equidade revela que a diferença entre os diversos grupos sociais não deveria comprometer a igualdade de direitos, pois as diferenças não podem se converter em desigualdades.

Para tanto, as escolas que compõem o Núcleo Regionalizado B se constituem como espaços promotores de: afetos, curiosidade, criatividade, sonhos, produção e fruição da arte, da cultura e da ciência, inovação, solidariedade, saúde, autonomia, cidadania, acolhimento, inclusão e felicidade, cumprindo assim o seu papel de formar cidadãos integrais e integrados, livres, criativos, críticos, autônomos e responsáveis.

Assim, implementaremos o **Projeto Diversificando**, no qual serão desenvolvidas atividades práticas e lúdicas, envolvendo a produção artística de quadros informativos acerca dos diversos tipos de assuntos que englobam a temática, desde a diversidade cultural, enfatizando e ressaltando os elementos culturais da nossa região até os aspectos que dizem respeito aos elementos sócio-históricos da nossa sociedade e dos mais presente em cada sala de aula, com o intuito de orientar os nossos educandos que ser diferente é perfeitamente normal e necessário, enfatizando que o respeito é sempre a melhor alternativa.

Desse modo, os profissionais atuam na perspectiva de valorizar a diversidade existente na comunidade que chegam aos nossos ambientes educativos, através do respeito às diversas identidades culturais a que os educandos e seus familiares pertencem. Nesse intuito, as atividades pedagógicas buscam o desenvolvimento do respeito com relação as diversidades étnicas raciais, a sexualidade e gênero, prezando pela valorização da pessoa humana sujeita de direitos e deveres perante a sociedade, deixando claro que para cada ação há uma consequência, como em casos de crimes de injúria racial.

É possível destacar a parceria entre o conselho tutelar e as escolas que compõem o Núcleo Regionalizado B, no intuito de promover ações, como palestras para a sensibilização e orientação sobre questões relacionadas a prevenção de assédio e violência contra as crianças, adolescentes e jovens. No acompanhamento de famílias em vulnerabilidade social juntamente com a equipe de assistência social.

3.3.3. Educação para o trânsito

A educação para o trânsito visa incentivar os alunos a desenvolverem hábitos e comportamentos seguros, traduzir conhecimento em ação, para intervir em seu ambiente por meio da observação, experiência e situações encontradas no cotidiano com interpretações críticas do mundo em que vivem.

O DCRB (2020, p. 80) aponta que:

Todas as experiências em Educação para o Trânsito de crianças, jovens, adultos e idosos objetivam conscientizá-los para conviver no espaço viário e formar cidadãos que respeitem a legislação e não se envolvam em acidentes de trânsito. Não se pode tratar esse tema apenas como um caráter informativo. É necessário que ele faça parte da construção do conhecimento da criança, do jovem, do adulto e do idoso.

Dessa maneira, entende-se que para formar o cidadão para o trânsito, faz-se

necessário, a priori, a transformação de posturas/hábitos contraídas ao longo dos anos e a formação dos novos cidadãos, para que assim, possa se ter um trânsito seguro.

Dentro desse Tema Integrador, é necessário chamar atenção para as estatísticas dos acidentes de trânsito, tais como também para a violência que alarmadamente cresce, fazendo assim que o percentual de mortes entre crianças e adolescentes seja assustadoramente ascendente.

Diante da relevância do tema, cada escola do Núcleo Regionalizado B em parceria com a (CONCEF) concessionária que administra a BA 052, desenvolve ações de conscientização e preservação ambiental, bem como orientações sobre as placas e sinalização de trânsito na rodovia próxima as escolas, além de campanhas educativas, sobre álcool e direção, etc.

Além da ação informativa, buscamos desenvolver no **Projeto Trânsito Legal**, práticas educativas que visem com a colaboração no trânsito, o respeito as placas de sinalização, conscientização de boas contudas tanto para os pedestres quanto para os condutores, no sentido de tornar os alunos propagadores do conhecimento.

É essa educação que o Município de Anguera busca incutir em seu currículo, e propagar tais ideias para a comunidade como um todo, para que se tenha um trânsito, no qual sobressaia o respeito pelo pedestre e exerçam práticas conscientes e educativas, da mesma forma, que o pedestre guarde aquilo que lhe é de direito, mas, sobretudo o que lhe é dever, respeitando aos locais de travessia, as faixas de pedestre etc.

3.3.4. Saúde na Escola

A saúde, enquanto direito, é inerente a todos sem distinção de raça, etnia, gênero, religião ou condição socioeconômica, sendo dever do Estado garanti-la, mediante “políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos bem como o acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

Segundo dados da Secretaria de Saúde, os problemas que estão no mapa referencial do Município são: Doenças crônicas não transmissíveis e fatores de risco como sobrepeso/obesidade e sedentarismo; violências e causas externas;

transtornos mentais; uso abusivo de drogas; doenças do aparelho respiratório; cardiovascular; infecciosas.

Ainda existem as doenças em decorrência dos determinantes sociais como desemprego, mobilidade urbana, saneamento básico; neoplasias e lesões. Além disso, lida com os altos índices de usuários de drogas tornando-se um grande dilema para a saúde pública.

As práticas pedagógicas desenvolvidas pelos profissionais das escolas do Núcleo Regionalizado B, adotam procedimentos que tenham como base a formação humanística, agenciando situações de aprendizagens contextualizadas que considerem o desenvolvimento de competências autoras de saúde, como o autoconhecimento, o autocontrole, a autoestima, a autorresponsabilização, a autonomia, a consciência social, entre outros, voltados à formação integral e ao enfrentamento de vulnerabilidades sociais que comprometam o pleno desenvolvimento dos estudantes.

Desse modo faz-se necessário orientar os estudantes sobre a importância da alimentação saudável, bem como desenvolver um projeto que envolva os alunos no plantio e cuidados sanitários com a horta. Neste sentido, a escola tem a pretensão de implementar o **Projeto de Horta Escolar**, com o objetivo de promover a aprendizagem interdisciplinar, incorporando a educação ambiental, contribuindo para melhorar o processo de ensino-aprendizagem e reforçar o tema do desenvolvimento sustentável, com a possibilidade de os alunos levarem esta proposta para casa e replicarem o projeto para melhorar a qualidade de vida das suas famílias.

Para além de boas práticas alimentares é importante ressaltar o fortalecimento da parceria com a Unidade Básica de Saúde, tendo como alvo medidas de promoção da saúde, prevenção e cuidado no enfrentamento das vulnerabilidades que ameaçam o pleno desenvolvimento de crianças, adolescentes, jovens e adultos das unidades escolares que compõem o Núcleo Regionalizado B.

Diante disso, a escola realiza orientações, através do **Projeto Saúde na Escola** atividades, seminários e palestras com os seguintes temas: alimentação saudável e prevenção da obesidade, práticas de higiene, avaliação da saúde bucal e aplicação de flúor, ações de combate ao aedes aegypti, prevenção ao uso das drogas ilícitas e lícitas, verificação e atualização da situação vacinal, prevenção de

infecções sexualmente transmissíveis, entre outras temáticas de educação e saúde.

Ainda como intervenções pontuais nas unidades escolares preveem-se a necessidade de profissionais como: psicólogos, fonoaudiólogo, educador físico no intuito de promover o bem-estar físico e mental da comunidade escolar como um todo.

3.3.5. Educação Ambiental

A Educação Ambiental (EA), um dos Temas Integradores sugerido pela BNCC, é definida pela Lei Estadual nº 12.056/2011, como o conjunto de processos permanentes e continuados de formação individual e coletiva para a sensibilização, reflexão e construção de valores, saberes, conhecimentos, atitudes e hábitos, visando o desenvolvimento de uma relação sustentável da sociedade humana com o ambiente que integra, principalmente no que concerne à fauna, à flora e aos recursos hídricos.

As comunidades de Areias e Caraíbas encontram-se localizadas na zona rural, possuem grande quantidade de área verde, fauna e flora. Diante do atual cenário global, em que a preocupação com as mudanças climáticas, a degradação da natureza, a redução da biodiversidade, os riscos socioambientais locais e globais, dentre outros problemas, torna-se fundamental inserir no currículo o referido tema.

Nessa perspectiva, as escolas que compõem o Núcleo Regionalizado B, visam o fortalecimento das seguintes ações, através do **Projeto Ambientizando**: preservação do meio ambiente, conscientização sobre o consumo da água, energia elétrica, descarte adequado do lixo, bem como a separação dos resíduos, oficinas com materiais recicláveis e o reaproveitamento de alimentos, criação de horta escolar, plantio de árvores, no intuito de garantir uma sociedade responsável e conectada com a natureza.

Assim, nossa escola visa conscientizar os alunos, no sentido de conhecer os elementos que compõem o ambiente como uma extensão, inicialmente, da casa onde vivem e, posteriormente, como uma extensão de si mesmo, pois ao preservar a natureza, estamos preservando nossa própria existência.

3.3.6. Educação Financeira e Para o Consumo

A Educação Financeira e para o Consumo é elemento-chave na formação de

uma consciência em relação à responsabilidade social na busca da qualidade de vida das pessoas e do planeta. A educação é capaz de contribuir com as mudanças necessárias, como a formulação de uma nova mentalidade, novos hábitos.

Sendo assim, as unidades escolares que compõem o Núcleo Regionalizado B, percebem que na sociedade atual o TER prevalece sobre o SER, abrindo-se portas para a discussão sobre o consumo consciente e sobre o quê, como e por que consumimos.

Neste contexto, o tema integrador Educação Financeira e para o Consumo visa a construção e o desenvolvimento de hábitos financeiros consistentes, autônomos e saudáveis, para que os estudantes possam, tornar-se protagonistas de suas histórias, planejar e executar os seus projetos.

Ao incorporar a educação financeira desde a Educação Infantil desenvolvemos orientações quanto ao bombardeio sensacionalista das propagandas de TV e internet, situações que envolvam compras e vendas, raciocínio lógico, representação, valorização do ser em detrimento do ter, análise crítica de propagandas, comunicação e argumentação respeitando os diferentes segmentos, visando uma relação saudável com as finanças, potencializando a formação de cidadãos críticos e conscientes de suas responsabilidades sociais.

Prezamos por uma qualidade de vida tão buscada pela sociedade atual e esta se depara com o consumismo, às vezes desenfreado, como apontam os dados de inadimplência pelo Serasa.

Torna-se relevante a implementação do **Projeto Minhas Finanças**, no qual o professor orientará seus educandos, quanto ao consumo, as propagandas publicitárias, abordando orientações sobre gerir e/ou mediar os recursos, transcendendo a questão restrita ao dinheiro, ou seja, não voltado para a aquisição de bens de forma compulsiva, mas para a constituição de cidadãos que reconheçam o caráter limitado dos recursos e, portanto, capazes de adquirir bens sem desconsiderar o desperdício e o descarte irresponsável.

3.3.7. Cultura Digital

A Cultura Digital está relacionada às transformações sociais decorrentes da inserção do advento tecnológico em meio aos novos hábitos de vida da sociedade,

na qual a instituição escolar possui grande influência no papel de consolidação do sujeito enquanto agente individual e coletivo.

Pensando nessa conjectura, Silva e Anecleto (2019, p. 129) enfatizam que:

A escola, no contexto das TICs, das mídias digitais, é desafiada a constituir-se como espaço de formação de sujeitos capazes de responder às questões complexas da vida familiar e social, com capacidade crítica, olhares múltiplos, consciência histórica. E isso não se faz sem a necessária formação do sujeito emancipado.

Desse modo, entendemos que a inserção do ensino digital nas escolas são de suma relevância e devem ultrapassar o campo do uso manual da tecnologia, adentrando de maneira ampla no campo da vida social, pois essa é a função primeira da instituição escolar. No que concerne a adoção das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) como estratégias de ensino e aprendizagem, não pode se dar de forma diferente.

O ensino agregado aos preceitos da Cultura Digital articula-se com qualquer outro componente curricular, como Arte, Educação, Filosofia, Sociologia, Ciências Naturais, etc, ultrapassando os aspectos meramente tecnológicos.

Segundo a BNCC (2018, p. 9) torna-se necessário:

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

Diante do leque de possibilidade ofertadas pelas TDICs, cabe aos docentes selecionar a partir das demandas que surgem na sala de aula os conteúdos que melhor se adéquem as reais necessidades e interesses dos educandos, buscando utilizar as tecnologias de forma inovadora, despertando a curiosidade dos alunos por meio de tais recursos, além do uso crítico das TDICs.

Considerando a realidade das escolas que compõem o Núcleo Regionalizado B, é necessário intervenções, através do **Projeto Digitalizando** com o intuito de possibilitar a ampliação do quantitativo de retroprojeter, notebook, aparelhos de som, pois a quantidade existente na escola sede do Núcleo não é suficiente para suprir as demandas. Para além disso, necessitamos da construção de um laboratório de informática, da aquisição de equipamentos e profissionais capacitados, bem como formação continuada para os professores referente a utilização das tecnologias.

3.3.8. Educação Fiscal

O tema integrador Educação Fiscal, contribui de forma positiva com os processos de formação integral dos estudantes para que estes possam agir no meio social de maneira consciente quanto aos seus direitos e deveres enquanto cidadãos.

O Documento Curricular Referencial da Bahia (2020, p. 95) define Educação Fiscal da seguinte forma:

Processo educativo que visa à construção de uma consciência voltada ao exercício da cidadania, objetivando a participação do cidadão no funcionamento e aperfeiçoamento dos instrumentos de controle social e fiscal do Estado, estabelecendo como norteadores de suas práticas os seguintes princípios: Ético – da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum; Estético – da sensibilidade, da criatividade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais; Político – dos direitos e deveres da cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.

Assim, o tratamento dos objetos de conhecimentos na sala de aula, alinhada às competências e habilidades previstas no planejamento feito pelo docente, podem contribuir com a interpretação, o entendimento das propriedades técnicas presentes nas normativas que norteiam as cargas tributárias, com a construção da opinião crítica e com o despertar de atitudes educativas diante de como lidar com o mundo dos impostos, taxas e da amplitude das noções que envolvem a Educação Fiscal.

Sabemos que o estudante dentro do contexto familiar, escolar estabelece relações de compras, negócios e vivencia o pagamento de taxas e impostos em situações que lhe envolvem através do seio familiar.

É de fundamental importância que o estudante entenda os processos fiscais que giram em torno dos produtos e serviços que costumam consumir, bem como formular desenvolver uma consciência crítica a cerca do assunto para estabelecer as relações justas entre seus direitos e deveres em meio a sociedade.

Assim, o Núcleo B projeta para o ano seguinte a inserção do ensino da E.F., pensando no contexto social dos educandos. Desse modo, discutiremos sobre a fiscalização dos recursos financeiros da escola. Outro ponto a ser trabalhado pelas escolas, dentro da temática da Educação Fiscal, é a consciência quanto ao fornecimento da Nota Fiscal pelo comércio, inclusive, a leitura de dados e informações podem ser aproveitadas para elaborações de situações problemas que requer interpretação matemática e raciocínio lógico.

Diante da realidade social dos moradores da comunidade, acreditamos que os professores devem utilizar situações hipotéticas com informações e dados do orçamento familiar objetivando a construção de conhecimento sobre Declaração de Imposto de Renda, IPTU, ITR.

Outra possibilidade, a partir da observação de fatos e acontecimentos que se presencia na sociedade, é a abordagem com foco em cenários de crises econômicas, políticas de preço, escândalos de corrupção que ferem a ética.

As escolas do Núcleo B se comprometem em realizar **Projeto Fiscaliza** com o objetivo de discutir assuntos de tal natureza, com a intencionalidade em formar alunos mais conscientes, responsáveis e capazes de reivindicar seus direitos por uma sociedade mais justa, além de desenvolver valores e atitudes como a participação no conselho escolar, fiscalização da aplicação dos recursos financeiros recebidos pela escola, entre outras ações.

3.3.9. Parte Diversificada

A parte diversificada do currículo respeita e valoriza as características locais e regionais além de complementar e enriquecer a Base Nacional Comum Curricular. A mesma contribui para que os profissionais da educação tenham a oportunidade de adequar seus planejamentos e práticas pedagógicas de acordo à realidade de cada instituição de ensino e do local onde está inserida, respeitando e valorizando as especificidades dos educandos.

O artigo 26 d LDB (2018, p. 19) afirma que:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

Assim, nossa escola reconhece a importância da parte diversificada do currículo, contemplando conhecimentos específicos das comunidades, despertando na escola a compreensão de que cada aluno traz uma história de vida, seus conhecimentos e experiências de mundo, a partir da realidade que o cerca.

Assim, a escola desenvolve o **Projeto Minha Cidade Tem Histórias E Memórias**, no qual algumas ações nas escolas são desenvolvidas no intuito de desmistificar as brincadeiras historicamente atribuídas a determinado gênero, desse

modo, formulamos as atividades escolares, que diferenciam brinquedos e brincadeiras de meninos e meninas, bem como a definição de comportamentos ditos aceitáveis de acordo ao gênero, entre outras atitudes e ações de reafirmação de estereótipos.

Para tanto, as escolas do Núcleo B, desenvolvem práticas pedagógicas que enfatizam a diversidade de gênero e sexualidade respeitando o ciclo de vida adequado, com adequada adaptação de linguagem, métodos e materiais, que ajudem a comunidade escolar a construir conhecimentos e desenvolver habilidades, valores e atitudes para aumentar a autoestima, promover a heterogeneidade, a autonomia, autocuidado, conscientização, compreendendo o funcionamento do próprio corpo, respeitando suas limitações e dos outros.

3.4. Perfis Esperados do Professor e do Aluno

3.4.1. Perfil da Docência

Quando se fala na função social do professor, observa-se que existe um conjunto de situações relacionadas como atitudes, valores, éticas, que formam itens fundamentais para o seu desenvolvimento no papel da educação. O professor é entendido como profissional mediador, capaz de promover a interação entre os objetos do conhecimento a ser trabalhado com o que o aluno já sabe, levando em consideração o contexto social, político, econômico e cultural em que ambos estão inseridos.

Assim, respeitando esses aspectos, é possível encontrar uma harmonia na relação professor/aluno e conseqüentemente o processo ensino aprendizagem se efetiva de forma significativa. Faz-se necessário que o professor desenvolva habilidades para estimular os alunos através de trabalhos dinâmicos de expressão pessoal, em meio a diversidade e perspectivas diferentes, acompanhando e valorizando os pontos dos trabalhos, de modo a enriquecer as atitudes dos alunos.

Em busca de uma concepção de professor percebemos que uma ação docente perpassa por várias atribuições. O desejo de ser professor é importante, mas isso só não basta. É preciso que o educador da nossa escola seja: um facilitador, animador da aprendizagem, um pesquisador, coordenador e orientador fazendo com que o aluno trabalhe cada vez mais de forma autônoma.

Os professores das escolas do Núcleo B, são participativos e ativos nas reuniões pedagógicas para estudo e planejamento com os colegas de diversas áreas, que sabem trabalhar em equipe; alguns possuem formação e cumprem sua função segundo os critérios estabelecidos na legislação, respeitando os ritmos individuais e as experiências diversificadas dos alunos; aceitando sugestões, opiniões de colegas, alunos e também da comunidade escolar, ou seja, estão abertos a um contínuo processo de formação.

3.4.2. Perfil do Estudante:

O Núcleo B, por conter a Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais e EJA possui perfis variados de alunos. Assim, esperamos que nossos estudantes possam se desenvolver nos diferentes segmentos nas nossas escolas.

Na Educação Infantil a proposta de trabalho consiste em promover o desenvolvimento das habilidades cognitivas como observação, imaginação, curiosidade, memória e a atenção a partir de ações pedagógicas com intencionalidade pautadas nas interações e brincadeiras.

No Ensino Fundamental - Anos Iniciais está organizado em 1º e 2º ciclo, sendo que o 1º corresponde ao ciclo de alfabetização com as turmas do 1º e 2º ano e 2º ciclo com as turmas do 3º, 4º e 5º ano que tem o objetivo de consolidar aspectos significativos da alfabetização, garantindo as condições básicas e necessárias para o acesso às séries finais do Ensino Fundamental.

Na modalidade EJA, as escolas, educandos, trabalhadores e moradores da zona rural, tem como finalidade e objetivos o compromisso com a formação humana e com o acesso à cultura, fornecendo subsídios para que os educandos da EJA se afirmem como sujeitos ativos, críticos, criativos e democráticos.

4. ETAPAS DO ENSINO

4.1. Educação infantil

Segundo a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) no Artigo 29, a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Neste sentido, movimentos sociais vêm sendo intensificados em busca de novas concepções que garantam a qualidade no atendimento da Educação Infantil. Nesta trajetória, o Núcleo B, caminha em busca de uma Educação Infantil que valoriza a infância e as culturas próprias das crianças, garantindo o desenvolvimento integral, bem como a socialização e a interação em seus pares e diferentes grupos culturais, ampliando seus conhecimentos e descobertas de mundo.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI, Resolução CNE/CEB nº 5/2009), em seu Artigo 4º, definem a criança como:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

De acordo com as diretrizes nacionais para a educação infantil, vemos cada criança como um sujeito histórico de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, interroga e constrói significados sobre a natureza e a sociedade produzindo cultura.

As crianças das nossas escolas são sujeitos repletos de saberes e muitas curiosidades sobre a vida, o mundo, enfim tudo que as rodeia. Desta maneira, as escolas do Núcleo Regionalizado B busca proporcionar a este grupo as mais variadas experiências e vivências que asseguram o desenvolvimento integral da criança. Descrever as crianças que constituem a nossa escola é uma tarefa difícil, pois em cada personalidade, em cada maneira de agir, falar, de olhar, elas manifestam o quanto são diferentes, o quanto sabem e o quanto desejam aprender.

Por isso, o grupo de professoras da Educação Infantil do Núcleo Regionalizado B, busca em seu cotidiano conhecer e ter contato com a família, saber um pouco da história dessa criança que chega no espaço escolar e traz com ela uma imensa bagagem de experiências, saberes, angústias e medos.

Além das características individuais de cada criança, os aspectos sócio-econômicos também se diferenciam, sendo em sua grande maioria, famílias pertencentes às filhos de agricultores. Muitas das crianças ainda não têm acesso aos diferentes meios culturais, suas vivências ficam entre aquelas que são essenciais para a infância: brincar, correr, contato com a natureza, interação com outras crianças etc.

Para tanto, é fundamental que as escolas que compõem o Núcleo Regionalizado B, assegurem em seus espaços que as crianças vivam suas infâncias com dignidade e sejam respeitadas nas suas maneiras de ser e agir. Os primeiros anos de vida da criança são fundamentais para o seu desenvolvimento físico, emocional e cognitivo, que serão os alicerces para a sua aprendizagem e interação com o mundo físico e social.

Sendo assim, a criança deve ser o centro do planejamento curricular, garantindo sua participação como protagonista detentora de desejos e necessidades. Ainda de acordo com as DCNEI, em seu Artigo 9º, os eixos estruturantes das práticas pedagógicas dessa etapa da Educação Básica são as interações e a brincadeira, experiências nas quais as crianças podem construir e apropriar-se de conhecimentos por meio de suas ações e interações com seus pares e com os adultos.

A interação e brincadeira é uma característica do cotidiano na infância e traz muitos aprendizados e potencialidades para o desenvolvimento global da criança. Ao observar as interações e brincadeiras das crianças entre si e com os adultos, é possível identificar, por exemplo, a expressão da emoção, a mediação da frustração, a resolução do conflito e a regulação das emoções.

4.1.1. Creche

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), intitula a instituição de ensino infantil que atende crianças de 0 a 3 anos de idade de Creche e Pré - Escola a instituição que atende crianças de 4 a 5 anos de idade.

O início da vida na creche, na maioria das vezes, é o primeiro momento de separação entre a criança e sua família, é quando se inicia a construção de novos vínculos afetivos, sejam com outros adultos ou crianças, o que favorece a ampliação das experiências de exploração de mundo, experimentando diferentes espaços e ambientes a partir de uma situação de socialização mais estruturada.

A concepção que vincula educar e cuidar como parte integrante vem se consolidando fortemente nas últimas décadas pela necessidade e entendimento de que as creches e pré-escolas desempenham um papel fundamental no acolhimento das vivências e conhecimentos construídos desde o nascimento das crianças, a partir das suas interações no ambiente familiar, no meio cultural e comunitário da

qual está inserida.

Dessa forma, as escolas do Núcleo Regionalizado B, articulam esses saberes construídos pelas crianças por meio de outras experiências, que deverão configurar situações desafiadoras e estimulantes para favorecer o desenvolvimento de habilidades e específicas de cada fase de desenvolvimento da criança, sendo respeitados seus limites e ritmos próprios e, diversificando e consolidando novas aprendizagens que irão complementar a educação familiar, principalmente a socialização, o desenvolvimento da autonomia e da comunicação.

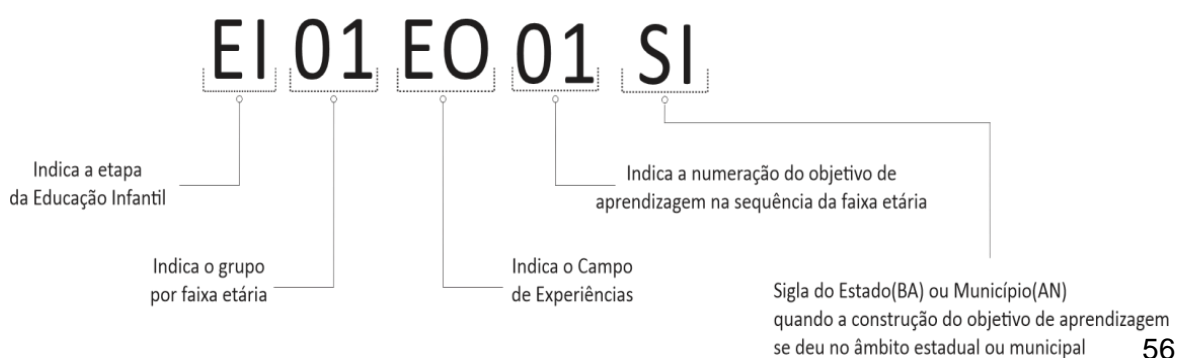
Nesse sentido, o compartilhamento de responsabilidades entre a instituição de Educação Infantil e a família se faz necessária no sentido de potencializar as aprendizagens e promover o desenvolvimento da criança. Portanto, quando um educador estimula as crianças a sentarem à mesa e comer com seus pares, além da socialização e construção de vínculos, elas também aprendem a cuidar de si mesmas, desenvolver hábitos alimentares e hábitos específicos da cultura local.

4.1.2. Pré-escola

A educação pré-escolar, destinada às crianças dos 4 aos 5 anos, tem objetivo de desenvolvimento integral do educando. A organização curricular originada pela Bncc na Educação Infantil está constituído em cinco campos de experiências, no contexto dos quais são definidos os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento.

Os campos de experiências estabelece um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural.

Na Educação Infantil, os campos de experiências são iguais para todas as faixas etárias, mas os objetivos de aprendizagem e de desenvolvimento são específicos para cada uma delas, que são identificados por códigos alfanuméricos, no seguinte padrão:



No que se refere aos Temas Integradores, as escolas da educação Infantil do Núcleo Regionalizado B, buscam fazer com que a aprendizagem seja dotada de sentido e significado, estabelecendo ligação entre os campos de experiências.

Levando em conta a diversidade em todo o território baiano, outros temas podem ser acrescentadas ao currículo escolar, desde que exigem o cuidado e atuação constantes de toda a comunidade, transversalizando e integrando o “Currículo Vivo” da escola, explicitado na parte prescritiva ou formal, considerando as intenções e os conteúdos educativos, evidenciado as relações interpessoais dos integrantes da comunidade escolar, pautadas no respeito e na convivência com a diversidade.

Diante do exposto, o Documento Curricular Referencial de Municipal de Anguera propõe alguns Temas Integradores que as escolas do Núcleo Regionalizado B devem trabalhar, transversalizando e integrando o “Currículo Vivo” das escolas, valorizando a autonomia das escolas.

4.1.4 Transição da Creche para a Pré-Escola

As transições sempre acontecem na vida das pessoas, e no contexto da educação infantil não é diferente, mas a forma como elas acontecem, como são pensadas, planejadas e organizadas são consideradas importantes para que as crianças se sintam seguras e acolhidas nas mudanças que ocorrem durante essa fase em diferentes momentos e situações diferentes.

Desse modo, o início da vida escolar das crianças, e suas famílias, é considerado um período de extrema adaptação. Quando a criança é inserida na escola pela primeira vez, é preciso compreender todas as suas reações e comportamentos tais como: tristeza, alegria, isolamento, choro, sorrisos e outros.

Assim, as escolas que compõem o Núcleo Regionalizado B, em especial os professores dessas crianças novas na vida escolar, planeja estratégias e atividades de acolhimento e bem estar, promovendo experiências que envolvam a família e as crianças, dando-lhes confiança em permanecer no ambiente escolar, conhecendo aos poucos o trabalho realizado.

No entanto, cabe lembrar que todos os profissionais da escola são responsáveis pelo acolhimento das crianças, assim as formas de receber as

crianças e suas famílias devem ser planejadas com antecedência à chegada delas, e que a escuta e o olhar atento às necessidades e interesses desses sujeitos após sua chegada à instituição é o melhor caminho para esse período de inserção na educação infantil.

A transição da creche para a pré-escola nas escolas do Núcleo B, acontece de forma tranquila, pois os alunos continuam estudando na mesma escola, mudam apenas de professora.

4.1.5 Transição da pré-escola para o 1º ano

Uma transição tranquila e que segue as orientações da Base Nacional Comum Curricular depende do acolhimento, que leva em consideração toda a jornada da criança até então. A ideia é criar uma ponte entre uma fase e outra, sem assustar a criança ou fragmentar seu aprendizado.

Sendo assim, a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, necessita de um olhar atento, cuidadoso e organizado, pois esta passagem representa uma nova fase, no entanto a criança não pode deixar de ser vista em sua integralidade. A este respeito, Kramer (2007, p. 20) pontua que:

É preciso garantir que as crianças sejam atendidas nas suas necessidades (a de aprender e a de brincar), que o trabalho seja planejado e acompanhado por adultos na Educação Infantil e no ensino fundamental e que saibamos em ambos, ver, entender e lidar com as crianças como crianças e não apenas como estudantes.

Diante disso, fica clara a necessidade dos profissionais que atuam nas escolas de Ensino Fundamental e da Educação Infantil, desmistificar a ideia de que o brincar, assim como as demais atividades lúdicas, não auxiliam no processo de ensino e aprendizagem.

Entretanto, para que essa inserção do lúdico se efetive na prática, é necessário que professores da Educação Infantil e do 1º ano desenvolva um trabalho em parceria, é preciso unir as forças e não se ater somente à necessidade de ensinar as crianças a ler, escrever e contar, mas de prepará-las para a vida.

Para além da inserção e permanência de atividades lúdicas nas diferentes etapas de ensino, as escolas que compõem o Núcleo B adotam outras estratégias para que a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental ocorra com

tranquilidade, com menos stress para as crianças, familiares, professores, coordenadores, gestores, como, por exemplo:

- ✓ Promove momentos para a criança conhecer a rotina dos alunos do 1º ano;
- ✓ Nossas escolas costumam orientar os pais ou responsável durante as reuniões, sobre o funcionamento do 1º ano do Ensino Fundamental I;
- ✓ Planeja conjuntamente, professores da EI e do 1º ano, ações/atividades de adaptação e integração a nova etapa;
- ✓ No ano de 2023 a escola irá criar uma ação para motivar e incentivar os alunos do Ensino Fundamental I a contar história para os alunos da Educação Infantil;
- ✓ Realizar momentos de estudos com os professores do 1º ano para refletirem sobre as necessidades e interesse das crianças, possibilitando as interações e brincadeiras como eixos norteadores das práticas;
- ✓ Coordenação e direção realizarão um diálogo com os professores do Ensino Fundamental com o intuito de conscientizá-los sobre a importância de respeitar processo o tempo de adaptação das crianças.

As escolas, que compõem o Núcleo B, almejam, portanto, formar pessoas críticas e atuantes leitoras. Entretanto, para alcançar este propósito é necessário investir na educação infantil, que tem por finalidade desenvolver a criança integralmente. Sendo assim, faz-se necessário estimular as crianças para que elas cheguem ao ensino fundamental com um nível de preparação adequado.

4.2. Ensino Fundamental

O Ensino Fundamental é a etapa mais longa de toda a Educação Básica, possuindo nove (09) anos de duração. Deve ser vista com atenção pelas escolas, já que é a fase em que a criança vai amadurecendo até se tornar um adolescente, formando seu caráter e reunindo conhecimento de mundo.

Em sua trajetória, o Ensino Fundamental compreende duas fases: Anos Iniciais: 1º ao 5º Ano, sendo considerada como faixa etária de idade correspondente, 06 aos 10 anos e Anos Finais: 6º ao 9º Ano, sendo considerada como faixa etária de idade correspondente, 11 aos 14 anos.

A Portaria SEC Nº 02/2010, que regulamentou o Ensino Fundamental de 09 Anos na Rede Municipal de Ensino de Anguera, considera que o currículo desta

etapa da Educação Básica deve garantir às crianças e adolescentes:

I- o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II- a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores que fundamentam a sociedade;

III- a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV- o fortalecimento dos vínculos da família, dos laços da solidariedade humana e de respeito recíproco em que se assenta a vida social. (Artigo 13, Portaria SEC Nº 02/2020).

Ampliando a visão original do Ensino Fundamental de 09 Anos, o DCRM de Anguera se baseia na BNCC, referente as dez (10) competências do ensino que requer articulação entre o currículo e a prática no cotidiano escolar.

Minuciosamente, norteia o processo de ensino e aprendizagem a partir de objetos do conhecimento, sendo que o planejamento deve ter como ponto de partida as habilidades essenciais a serem exploradas na sala de aula, como o domínio da leitura, escrita, cálculos matemáticos, a compreensão do ambiente natural e social, o fortalecimento dos vínculos familiares e o desenvolvimento das habilidades socioemocionais.

Desse modo o Plano Municipal de Educação (2015) de Anguera prevê a universalização do Ensino Fundamental para crianças, adolescentes e jovens:

META 11 - universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.

Na proposta do Ensino Fundamental, as escolas que compõem o Núcleo Regionalizado B adotam o currículo da Rede Municipal de Ensino qual promove a oferta dos componentes da Base Nacional Comum Curricular, inserindo, de forma transversal, conhecimentos locais e regionais.

4.2.1. Anos Iniciais

O Ensino Fundamental - Anos Iniciais partindo da premissa em considerar os interesses e necessidades das crianças no processo de desenvolvimento das aprendizagens (escrita, leitura e cálculo), a percepção dos valores pessoais e sociais, a compreensão de solidariedade, tolerância, vínculos familiares e comunitários, bem como à ampliação da visão de mundo, tendo como referência o

local de vivência.

A este respeito, a BNCC (2018, pp. 57-58) estabelece que:

A BNCC do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, ao valorizar as situações lúdicas de aprendizagem, aponta para a necessária articulação com as experiências vivenciadas na Educação Infantil. Tal articulação precisa prever tanto a progressiva sistematização dessas experiências quanto o desenvolvimento, pelos alunos, de novas formas de relação com o mundo, novas possibilidades de ler e formular hipóteses sobre os fenômenos, de testá-las, de refutá-las, de elaborar conclusões, em uma atitude ativa na construção de conhecimento.

Assim, formar a criança nos Anos Iniciais em sua globalidade corresponde diretamente ao desenvolvimento das competências e habilidades, que os permitam tornarem-se críticos, criativos, sendo autônomos na vida social, além da compreensão das informações e protagonistas na construção do conhecimento.

Ainda, nos Anos Iniciais é importante desenvolver um trabalho alinhado às práticas pedagógicas em que o ambiente escolar, seja organizado por meio dos interesses e necessidades de aprendizagem apresentados pelos alunos, vislumbrando suas vivências, na compreensão que é fundamental ampliar as operações cognitivas, através de mobilizações pedagógicas, no intuito de que possam desenvolver o aprendizado esperado.

Segundo, Zabala (2014, p. 126):

Será necessário provocar desafios que questionem os conhecimentos prévios e possibilitem as modificações necessárias na direção desejada, segundo os objetivos educacionais estabelecidos. Isto quer dizer que o ensino não deve se limitar ao que o aluno já sabe, mas que a partir deste conhecimento tem que conduzi-lo à aprendizagem de novos conhecimentos, ao domínio de novas habilidades [...].

Neste movimento, é importante ressaltar que as crianças nos Anos Iniciais estão vivenciando mudanças em seu processo de desenvolvimento referentes à autonomia, oralidade, os usos sociais da escrita e da matemática, a escrita alfabética, os signos matemáticos, a afirmação de sua identidade, os registros artísticos, midiáticos, formas de representação do tempo e espaço, bem como, o pensamento criativo, lógico e crítico, etc. Nesse contexto, é necessário desenvolver um trabalho pedagógico que valorize os conhecimentos prévios das crianças, no sentido de conduzi-las a novas aprendizagens.

Nos Anos Iniciais, especificamente nos dois primeiros anos, o processo de alfabetização deve ocorrer por meio de ações pedagógicas que permitam que, as

crianças se apropriem do sistema de escrita alfabética, das habilidades de leitura e escrita de forma articulada, assim como práticas diversificadas de letramento.

No decorrer dos demais anos que compõem os Anos Iniciais deve acontecer à ampliação das práticas de linguagens, da autonomia intelectual, relação com a natureza, com as tecnologias, a cultura, dentre outros, bem como a consolidação das diversas aprendizagens.

Assim, é fundamental desenvolver uma prática educativa de qualidade nos Anos Iniciais, comprometida com o direito ao pleno desenvolvimento humano, levando em consideração o trabalho pautado na ampliação e consolidação das aprendizagens, respeitando as especificidades de cada criança nessa etapa educacional.

4.2.3. Transição do 2º Ano para o 3º Ano

A transição escolar é um período de continuidade e mudança. O foco está nas mudanças ou descontinuidades encontradas durante a transição, tais como: mudanças no ambiente (físico), pedagógico e curricular, expectativas, regras e rotinas. No entanto é importante notar que nem tudo muda durante a transição, os elementos de continuidade permanecem, por exemplo, o contexto familiar referente ao apoio e acompanhamento da criança, o acesso a recursos comunitários ou elementos de apoio, os investimentos e percursos de aprendizagem da criança.

Nessa perspectiva, a BNCC (2018, p. 89) ressalta que:

Embora, desde que nasce e na Educação Infantil, a criança esteja cercada e participe de diferentes práticas letradas, é nos anos iniciais (1º e 2º anos) do Ensino Fundamental que se espera que ela se alfabetize. Isso significa que a alfabetização deve ser o foco da ação pedagógica. Nesse processo, é preciso que os estudantes conheçam o alfabeto e a mecânica da escrita/leitura – processos que visam a que alguém (se) torne alfabetizado, ou seja, consiga “codificar e decodificar” os sons da língua (fonemas) em material gráfico (grafemas ou letras) [...].

Sendo assim, o processo de alfabetização não inicia e se finda apenas nos dois anos do ciclo da alfabetização, mas se faz presente em toda a sua trajetória escolar e perpassa pelas relações de vivência que a criança tem no contexto familiar e comunitário, pois desde a educação infantil as crianças são estimuladas a desenvolverem diversas aprendizagens, sendo é claro que no primeiro e segundo ano devem ser alfabetizadas e que este seja o foco do trabalho pedagógico.

Desse modo, o Ciclo da Alfabetização tem por finalidade o acompanhamento do desenvolvimento das competências e habilidades dos estudantes do 1º e 2º ano do Ensino Fundamental. Nesse sentido, vale ressaltar que no 2º ano os alunos devem avançar na alfabetização em linguagem e matemática, tendo como objetivo melhorar as habilidades de leitura, escrita e fala dos alunos, preparando-os para desenvolver competências e habilidades mais complexas nos anos seguintes.

Durante o segundo ano os alunos devem aprender a ler, interpretar e escrever com autonomia; Conhecer e respeitar o modo de vida de diferentes grupos sociais, em diversos tempos e espaços; Reconhecer o sistema de numeração decimal e comparar grandezas; Estabelecer algumas relações entre o meio ambiente e as formas de vida que ali se estabelecem; Identificar diferenças entre seres vivos e não-vivos; Explorar as diversas manifestações da cultura corporal, estimulando a criatividade e a expressão.

No entanto, é necessário um olhar atento dos professores para com este público, para que ao ingressarem no 3º ano possam consolidar as aprendizagens e ampliá-las, para que compreendam essa fase como um avanço natural na escolaridade e não como um período de provações ou de desafios impossíveis até mesmo porque nas escolas que compõem o Núcleo Regionalizado B, os alunos já mantêm contato com os professores estabelecendo laços de afetividade, fundamentais neste processo de transição.

4.2.4. Transição do 5º Ano para o 6º Ano

A transição deve ser encarada como uma oportunidade para ajudar os alunos a compreenderem suas novas responsabilidades e deveres ao avançarem para uma nova fase de suas vidas.

Para que o processo de transição do 5º para o 6º ano do ensino fundamental ocorra com tranquilidade, é imprescindível que se tenha um esforço conjunto de todos aqueles presentes no ambiente escolar, essa ação inclui professores, servidores, coordenadores e diretores.

Desta forma, é importante que o trabalho realizado com foco em evitar eventuais problemas causados pela transição comecem, ainda no 5º ano do ensino fundamental. Pois é necessário evidenciar as mudanças próprias dessa fase da vida, que implicam na compreensão do adolescente como sujeito em

desenvolvimento, com singularidades e formações identitárias e culturais próprias, que demandam práticas escolares diferenciadas, capazes de contemplar suas necessidades e diferentes modos de inserção social.

Nesta perspectiva as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (2010, p. 20), na parte que trata do Sistema Nacional da Educação ressalta que:

[...] Mesmo no interior do Ensino Fundamental, há de se cuidar da fluência da transição da fase dos anos iniciais para a fase dos anos finais, quando a criança passa a ter diversos docentes, que conduzem diferentes componentes e atividades, tornando-se mais complexas a sistemática de estudos e a relação com os professores.

Para que essa transição aconteça de forma mais natural possível, a recomendação da BNCC é que escolas e redes de ensino realizem, com base no documento, as adaptações necessárias – especialmente nos currículos do 5º e 6º ano, evitando assim, uma grande ruptura no processo de aprendizagem. Nesta etapa, procuramos ampliar e aprofundar conceitos, considerando o processo de ensino e aprendizagem realizados nos anos anteriores.

O aluno se depara com situações que não eram comuns nos anos iniciais, pois antes ele tinha, na maioria das vezes, um (a) professor (a), no máximo dois professores, que trabalham com todos os componentes curriculares, entre outras questões inerentes ao contexto do ensino e aprendizagem, passando então a serem ensinados por uma maior quantidade de professores, específicos para cada componente curricular.

Para que o processo de transição ocorra de forma tranquila é necessário promover a articulação entre gestores, coordenadores e professores. Fundamentados nesta articulação, é possível planejar aulas, rodas de conversa, organizar encontros para um bate-papo, para que os alunos sintam-se à vontade para dialogarem e expor seus anseios. Nessa ocasião, os professores dos anos finais podem aproveitar para apresentar seus modos de trabalho e outros pontos.

Uma outra ação possível é um diálogo literário para que seja utilizada a sala de leitura bem como suas obras para que os estudantes do 5º e do 6º ano juntamente com seus professores de língua portuguesa possam dialogar sobre a temática. As escolas podem realizar atividades lúdicas onde os estudantes possam interagir, através de jogos de dama, jogo de tabuleiro, dominó, aulas práticas de educação física.

5. POLÍTICAS E MODALIDADES DO ENSINO

5.1. A Política da Educação Inclusiva

5.1.1. Concepção da Escola Inclusiva

A Educação Especial, como modalidade de ensino que deve ser promovida metodicamente nos diferentes níveis de ensino, presta-se ao atendimento de pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, preferencialmente, na Rede Regular de Ensino, com o objetivo de propiciar ao docente o pleno desenvolvimento de suas potencialidades, autonomia e independência.

Uma escola inclusiva tem como premissa integrar os alunos com necessidades especiais de todos os tipos em escolas regulares, por meio de um enfoque o mais humanístico possível. Tal visão compreende que cada aluno tem suas peculiaridades e que as mesmas devem ser tratadas como diversidade e não como um problema.

Para a criação de uma Escola Inclusiva, a primeira barreira a ser vencida é a discriminação. A sociedade aparenta sensibilizar-se com o discurso da inclusão, mas na prática a realidade é bem contraditória ao discurso pregado, desde a acessibilidade nos locais físicos até a preparação da escola para receber esses sujeitos. Sujeitos esses que estão assistidos pela Constituição Federal (1988) e muitos outros documentos que asseguram a sua permanência no sistema de ensino.

A Rede Municipal Anguerense compreende a escola como um espaço onde todos devem aprender e atingir os objetivos das aprendizagens, levando em conta as especificidades de cada aluno, isso implica em um aprimoramento dos conhecimentos de todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem, participando ativamente desse processo de construção.

Nesse mesmo propósito, temos como proposta incentivar as práticas pedagógicas, a formação continuada dos profissionais do atendimento especializado e da escola regular, a transmissão da cultura minoritária e das diversificações, a estimulação a construção de projeto de educação inclusiva em rede, fortalecendo cada vez mais o vínculo da escola e a família.

É importante ressaltar que precisamos nos adaptar a esse sujeito para recebê-lo, ou seja, a escola regular necessita entrar nos moldes da lei e do bom senso,

dessa forma, estaremos voltados para uma escola verdadeiramente inclusiva, desde ao espaço físico quebrando as barreiras arquitetônicas, comunicacionais, metodológicas, instrumentais, programáticas, e atitudinais.

A Declaração de Salamanca (1994) foi mais um passo decisivo na ampliação das diretrizes para a Educação Inclusiva. Os signatários do documento proclamaram que:

- ✓ *Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem;*
- ✓ *Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas;*
- ✓ *Sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades;*
- ✓ *Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades;*
- ✓ *Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.*

Assim, na busca pela valorização das diferenças, a educação da Rede Municipal de Anguera, tem oferecido o serviço da Educação Especial – o Atendimento Educacional Especializado no Centro de Recursos Multifuncionais – CRM, que atende alunos da rede regular com matrícula automatizada e articulação intersetorial, a saber, o aluno com relatório médico/especializado possui garantia de atendimento pedagógico complementar/suplementar, específicos a cada necessidade educacional, Plano de Avaliação, Plano de Atendimento Individualizado, recursos, estratégias e metodologias específicas.

Sobre a articulação intersetorial, o Município adota medidas de interlocução entre a Supervisão Pedagógica da Educação Especial, Coordenação e Gestão Pedagógica do ensino regular, Coordenação Pedagógica do Centro de Recursos Multifuncionais, Assistente Social (acompanhamento da frequência escolar e possíveis encaminhamentos médico, acolhimento do aluno e da família e acompanhamento do rendimento escolar).

5.1.2. Princípios Orientadores da Educação Inclusiva

A Educação Especial começa a sua fundamentação em princípios norteadores, de acordo com BRASIL/SEESP-MEC (1994), além de seguir os princípios

democráticos de igualdade, liberdade e respeito à dignidade, a educação especial é regida por princípios norteadores, dentre eles os mais citados são: princípios da normalização, integração e individualização.

Os princípios orientadores da Educação Inclusiva, das escolas pertencentes ao Nucleo B, pautam-se na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) é um documento histórico de muita relevância e tem em seu corpo alguns Artigos que dialogam fundamentalmente com os princípios para uma Educação Inclusiva. Os dois primeiros Artigos atestam a igualdade dos indivíduos diante dos direitos e dos princípios de dignidade humana, repelindo, assim, os processos discriminatórios:

*Art. 1º. Os seres humanos nascem livres e iguais, em dignidade e direitos;
Art. 2º. Sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra.*

Art. 26. Toda a pessoa tem direito à educação. [...]

Art. 26. A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos.

Em consonância com a Declaração dos Direitos Humanos nossas escolas visam assegurar às pessoas com necessidades especiais os direitos à liberdade, a uma vida digna, o acesso à educação escolar, o desenvolvimento individual e social, a condição de participação na vida comunitária sem nenhum tipo de discriminação.

Outro importante marco para as Políticas Educacionais na perspectiva da inclusão é a Declaração de Jomtiem (1990), promulgada na Tailândia, deu um importante passo para a Educação Inclusiva, apostando na Educação Básica para todos como meta viável, a partir dos seguintes princípios:

Art. 1º: “Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem”;

Art. 2º: “Expandir o Enfoque”;

Art. 3º: “Universalizar o Acesso à Educação e Promover a Equidade”;

Art. 4º: “Concentrar a Atenção na Aprendizagem”;

Art. 5º: “Ampliar os Meios e o Raio de Ação da Educação Básica”;

Art. 6º: “Propiciar um Ambiente Adequado à Aprendizagem”;

Art. 7º: “Fortalecer as Alianças”;

Art. 8º: “Desenvolver uma Política Contextualizada de Apoio”;

Art. 9º: “Mobilizar os Recursos”;

Art. 10º: “Fortalecer a Solidariedade Internacional”.

A inclusão determina que todos os alunos façam parte do mesmo contexto escolar, participando das mesmas atividades comuns, embora adaptadas para atender as diferenças individuais, seja nos centros de recursos como na escola

regular. Nesse sentido, Maturana e Varela (1995, p. 34) afirmam que:

[...] refletir na condição humana como uma natureza cuja evolução e realização está no encontro do ser individual com sua natureza última, que é o ser social. Portanto, se o desenvolvimento individual depende da interação social, a própria formação, o próprio mundo de significados em que se existe é um função do viver com os outros. A aceitação do outro é então o fundamento para que o ser observador ou autoconsciente possa se aceitar plenamente a si mesmo.

A Sociedade é fruto da coexistência da multiplicidade dessas singularidades, e para que os indivíduos possam ser respeitados, é preciso que sua identidade seja garantida e valorizada tanto nos aspectos estritamente particular, quanto no aspecto público, ou seja, na sua pluralidade como cidadão. Assim, é fundamental que essa superação se dê, também, a partir de práticas públicas, que abracem esses princípios como habituais e rotineiros.

5.1.3. Diretrizes e Indicadores Metodológicos da Educação Inclusiva

A Nova Política de Educação Especial (PNEE) 2020 lançada em setembro de 2020 por meio do Decreto 10.502, na qual inicia-se o processo de inclusão, que de fato é a escola para todos sem distinção de classe, gênero, características pessoais, físicas, intelectuais, entre outras, sendo ideal para nossa educação e sociedade.

No Brasil, já temos a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, em que seu documento define a Educação Especial como:

uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas, e modalidades, e realiza atendimento educacional especializado, disponibiliza recursos e serviços e orienta quanto à utilização deles no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular.

E ainda descreve a função do Atendimento Educacional Especializado como: “identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando as suas necessidades específicas”.

O Centro de Recursos Multifuncionais nesse sentido deve ter como diretrizes metodológicas:

*A oportunização do reconhecimento da capacidade de cada indivíduo, e, incentivar a autonomia pela independência;
Estimulação das funções cognitivas integradas às executivas na busca pela superação das limitações intelectuais;*

O incentivo a construção do projeto de vida e a realização pessoal de cada sujeito.

No que tange ao atendimento especializado, a proposta das diretrizes operacionais resguardam a importância do atendimento educacional especializado que se dá de forma individualizada, garantimos o tempo mínimo de 01 (uma) hora de atendimento ou, em pequenos grupos quando possível e em especial em momentos de promoção da interação/socialização.

O atendimento é feito no turno oposto ao do ensino regular, a Secretaria de Educação disponibiliza o transporte de apoio para alunos oriundos de comunidades do campo, ou seja, tenta-se atingir a todos que necessitam desse atendimento, por meio das políticas públicas vigentes. O diálogo permanente entre os profissionais do ensino regular e do Centro de Recursos é de primordial importância.

Precisamos olhar para um futuro viabilizador, com a esperança de ter um espaço adequado para os atendimentos, formações e encontros com a finalidade de integração e participação da comunidade como um todo. Somos responsáveis por criar um espaço socializador e acolhedor.

Por isso, a conversa entre as escolas regulares de ensino e o Centro de Recursos Multifuncionais deve ser uma constante, pois as informações que são trocadas passam a ser enriquecedoras para o crescimento tanto dos profissionais envolvidos nesse processo, quanto dos educandos com algum tipo de deficiência.

Segundo Magalhães (2002, p. 25), a maneira de concebermos a pessoa com deficiência é importantíssimo, afinal, “[...] repensar nossas próprias concepções, preconceitos e atitudes com relação à pessoa com deficiência é o primeiro passo no sentido de construir práticas pedagógicas, de fato, inclusivas”.

As escolas que compõem o Núcleo Regionalizado B, devem promover o desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo, moral e social dos alunos com deficiência, ao mesmo tempo, lhes facilitar a integração na sociedade como membros ativos. Mas, para que isto aconteça, é importante que o indivíduo com deficiência seja visto como um sujeito eficiente, capaz, produtivo e, principalmente, apto a aprender. Portanto, o município necessita de uma formação voltada à capacitação de professores para trabalhar com esse público especial.

No entanto para que a escola possa garantir o acesso e permanência a uma educação de qualidade para esses educandos, deve-se investir em tarefas

partilhadas com todos que estão envolvidos no processo educacional. E para tornar o trabalho de inclusão eficaz, o Núcleo B necessita firmar parcerias com voluntários, instituições, e especialistas em diversas áreas, a fim de dar suporte e segurança para lidar com várias situações ocorridas.

5.1.4. Diretrizes e Indicadores da Avaliação

Segundo o DCRB (2020) para uma efetiva aprendizagem e sucesso das práticas pedagógicas em uma escola que se orienta pela marca da inclusão, o currículo deve ser apoiado por componentes específicos do Atendimento Educacional Especializado tais como:

Ensino do Sistema Braille;
Técnicas de Soboran;
Orientação e Mobilidade;
Educação Física Adaptada;
Aulas de Atividade da Vida Autônoma;
Ensino do Uso de Recursos de Tecnologia Assistiva;
Ensino da Língua Brasileira de Sinais;
Intérprete de Libras/Língua Portuguesa;
Guia Intérprete para Surdo-cegos;
Estratégias para o desenvolvimento dos processos mentais;
Ensino do uso de recursos ópticos/não ópticos.

As atividades desenvolvidas pelos estudantes com algum tipo de deficiência em sala de aula podem ser adaptadas, desde que o currículo tenha sido adequado, conforme orientam os Parâmetros Curriculares Nacionais. Mais do que conhecer suas competências, é necessário que o professor saiba como ele deve avaliar esse aluno em todas as áreas, assim como acontece com as outras crianças.

Sendo assim, é possível descobrir quais são suas habilidades e dificuldades e definir se os instrumentos que estão sendo usados estão de acordo com as respostas que o aluno pode dar mediante as suas especificidades. Não podemos deixar de lembrar de considerar as aquisições do aluno e o quanto ele conseguiu avançar nas disciplinas para que uma avaliação justa seja feita.

5.2. A Política de Educação do Campo

5.2.1. Concepção da Educação do Campo

A Educação do/no Campo tem a função de transcender aos aspectos que competem ao desenvolvimento das competências e habilidades dos objetos do conhecimento colocados em voga no atual contexto. Um passo importante nesse sentido é a consolidação e valorização da cultura do homem do campo fazendo com

que este não seja mais dependente ou submetido, mas sujeito para a reflexão sobre a realidade em que está inserido.

É importante salientar que o Conselho Estadual de Educação-CEE por meio da resolução nº 103 estabelece em seu Art. 1º que a escola do campo não é definida apenas pelo critério geográfico que separa o espaço urbano do espaço rural, mas sim, pelo critério dos sujeitos do campo, ou seja, a quem se destina a educação.

O Art. 1º define a escola do campo da seguinte forma: “entendidas como unidades de ensino situadas na área rural, caracterizada conforme a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE ou aquelas situadas em áreas urbanas, desde que atendam prioritariamente as populações do campo”. (BAHIA, 2015, p. 1).

Assim, concebemos que há a Educação Rural àquela que se fundamenta nos currículos oficiais colocando o campo como o lugar do atraso e a Educação do Campo que valoriza a identidade dos sujeitos do campo bem como condiciona a base educacional aos conhecimentos e demandas provenientes das particularidades da população rural.

Pautados no pensamento de Fernandes (2002a, p. 67) adotamos a seguinte concepção de Educação do/no Campo:

A Educação do Campo é um conceito cunhado com a preocupação de se delimitar um território teórico. Nosso pensamento é defender o direito que uma população tem de pensar o mundo a partir do lugar onde vive, ou seja, da terra em que pisa, melhor ainda: desde a sua realidade. Quando pensamos o mundo a partir de um lugar onde não vivemos, idealizamos um mundo, vivemos um não lugar. Isso acontece com a população do campo quando pensa o mundo e, evidentemente, o seu próprio lugar a partir da cidade. Esse modo de pensar idealizado leva ao estranhamento de si mesmo, o que dificulta muito a construção da identidade, condição fundamental da formação cultural.

Ancorados no pensamento em destaque, nossas escolas que compõem o grupo das instituições vinculadas ao Município de Anguera-Ba, que promove dentro das suas possibilidades a denominada Educação do/no Campo, tendo em vista a sua localização na zona rural, o público que a integra e a constitui enquanto escola. Assim, levando em consideração o contexto de Educação do/no Campo concebemos que a Educação do/no Campo vai muito além da localização espacial das instituições de ensino.

Pautados ainda, nas orientações da LDBEN, procuramos oferecer uma ensino

pautado, não apenas nos objetos do conhecimento que emanam dos documentos curriculares referenciais (DCRM, DCRM, BNCC), que norteiam nosso trabalho pedagógico, mas também procuramos incluir, junto aos demais conhecimentos os saberes de vida dos nossos alunos, os saberes que emanam das relações familiares e sociais com o objetivo de formar pessoas capazes de reconhecer o seu valor como sujeito social, e que possam contribuir com a transformação do seu meio social.

5.2.2. Princípios Orientadores da Educação do Campo

Como princípio orientador para a Educação do Campo as escolas que compõem o Núcleo Regionalizado B, vislumbram um caminho que oportunize o trabalho pedagógico com orientações necessárias em atenção aos interesses da população deste espaço.

Dessa forma, compreendemos que a escola precisa aprofundar a reflexão sobre como pode ajudar na formação humana dos diferentes sujeitos, respeitando a cultura camponesa e os diferentes tempos da vida das/dos estudantes e seus familiares. De acordo com o Art. 2º do decreto de número 7.352 de 04 de novembro de 2010, os princípios da Educação do Campo são:

I - respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;

II - incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;

III - desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;

IV - valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

V - controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo.

Em consonância com os princípios supracitados, as unidades escolares do Núcleo Regionalizado B, visam o desenvolvimento de uma proposta educacional voltada à formação dos professores para estarem aptos a desenvolverem o trabalho

de capacitação dos educandos, incentivando-os criticamente à discussão sobre políticas de sustentabilidade no campo, respeitando seu modo de vida e dinâmica social, acolhendo seus saberes e experiências no processo pedagógico.

5.2.3. Diretrizes e Indicadores Metodológicos da Educação do Campo

Com os avanços nas concepções de ensino e com o advento das políticas públicas educacionais, a educação do campo vem agregando conceitos, metodologias e especificidades que contribuam de fato na promoção de um ensino pautado nas subjetividades dos sujeitos do campo e na valorização dos mesmos.

Durante o processo de elaboração deste item, realizamos, reuniões, encontros formativos, leituras compartilhadas, seminários dentre outras ações com o objetivo de promover a participação dos diversos segmentos da nossa instituição ao longo da nossa inserção no ambiente escolar, colocando em voga as especificidades dos nossos educandos, os saberes local, a cultura, sem deixar à margem os objetos do conhecimento de cada componente curricular bem como suas possibilidades interdisciplinares com foco na formação integral dos nossos alunos.

Desse modo, ao discutir as metodologias de ensino da educação do Campo da nossa escola, buscamos trilhar caminho que tencionam pelo respeito e pela valorização das particularidades advindas desta modalidade de ensino, desenvolvemos ainda metodologias próprias da nossa instituição a partir do convívio com a comunidade externa de modo a melhorar e contribuir com os processos de ensino e aprendizagem dos nossos educandos.

Teceremos abaixo alguns métodos específicos realizados e que necessitam ser ampliados por cada uma das nossas escolas, buscando apreender teoria e prática no contexto da educação do campo:

- ✓ Nosso espaço pedagógico amplia-se para além da sala de aula, pois realizamos realizam atividades de campo, como: horta (preparação do solo, plantio das hortaliças e legumes, cuidados adequados para a manutenção da horta, colheita), estudos sobre a vegetação predominante na comunidade, preservação ambiental (diagnóstico sobre a realidade ambiental da comunidade, mobilização e conscientização da comunidade, plantio de árvores, separação do lixo de forma adequada, reutilização de embalagens, coleta de garrafas pet para a Associação Manoel Cajazeiras).

- ✓ Ao elaborar as atividades articulamos os objetos do conhecimento aos saberes locais, às cantigas, aos festejos locais, datas comemorativas, histórias e estórias que compõem a formação da comunidade e do entorno dos quais emanam nossos educandos;
- ✓ Buscamos incluir nas discussões em sala aula assuntos referente às políticas públicas que concerne aos direitos e deveres bem como a fundamentação da educação do campo para que as nossas crianças, jovens e adultos refletiam sobre a sua inserção no contexto educacional e para além enquanto sujeitos questionadores e participativos;
- ✓ Colocamos em evidência a valorização local e cultural dos nossos educandos, incentivando para que os mesmo busquem pelo conhecimento de suas histórias e tomem conhecimento das lutas travadas pelos seus ancestrais para que do mesmo modo siga lutando em busca de melhores condições de vida para si e para as gerações futuras;
- ✓ Construir efetivamente, com todos os que vivem naquele local, naquele tempo concreto, outras formas de planejar, propor e executar as ações de desenvolvimento para que a vida possa ser vivida a seu tempo, com a criação de novas possibilidades;
- ✓ Seguimos os documentos curriculares referenciais da Bahia, do nosso município de Anguera e BNCC, contudo, sempre buscamos organizar e adequar nossas práticas e atividades às particularidades locais e regionais;
- ✓ Buscamos enaltecer a cultura local, colocando em evidência a realidade e o contexto onde vivem os nossos educandos, suas famílias e a comunidade como um todo, com o intuito de promover uma reflexão acerca dos elementos que merecem o devido reconhecimento além de fomentar discussões em torno da crítica sociopolítica como mecanismos de reparação históricas com vista a melhores condições de vida;
- ✓ Enfatizamos ainda o desenvolvimento das relações entre os educandos com o intuito de que esta ação desague nas vivências em sociedade, nas relações de trabalho e nas necessidades dos sujeitos envolvidos.

Como em qualquer outra etapa ou modalidade de ensino buscamos inserir no nosso ambiente escolar variadas metodologias com foco no desenvolvimento pleno do aluno, colocando em voga suas peculiaridades já conhecidas, levando em conta

as necessidades dos estudantes, e acima de tudo proporcionando a permanência no espaço escolar rural. Para anteder a essas e outras necessidades, propomos os seguintes encaminhamentos metodológicos:

- 1- Acolhimento dos pais/responsáveis para informar acerca da importância da participação dos mesmos na vida escolar dos filhos dentro de suas possibilidades, pois temos responsáveis analfabetos e, portanto, não consegue orientar seus filhos no desenvolvimento das atividades, mas orientamos que os mesmos o acompanhem e incentivem, pois o apoio da família é fundamental em qualquer circunstância;
- 2- Ofertar Oficinas sobre o plantio, o cultivo, o manejo com terra, trabalhando com rótulos e embalagens, esclarecendo sobre os aditivos químicos, os danos que os mesmos podem causar ao meio ambiente, com vista na alimentação cotidiana;
- 3- Visitas e entrevistas juntos aos órgãos públicos municipais que fomentam a manutenção da agricultura familiar em nosso município, a exemplo da Secretaria de Desenvolvimento do meio Ambiente e da Agricultura e da cooperativa da produção familiar de Anguera;
- 4- Fazer o resgate das práticas de mutirão na época de colheita, batatas de feijão e milho, construção de casas, etc
- 5- Promover o resgate das expressões locais próprias, fazendo análises dentro das gerações, estabelecendo a diferença da linguagem formal e informal, porém trabalhando a valorização das duas linguagens, informando sobre o preconceito linguístico para que não aceitem tal premissa;
- 6- Trabalhar com a concepção de Mercadinho – distinguindo os produtos industrializados, esclarecendo acerca do consumismo, os custos de vida em determinadas regiões, valor nutricional dos alimentos, etc.;
- 7- Esclarecer acerca da questão do Trabalho, da sua importância relacionando ao que está previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, orçamento Familiar do Campo por meio de levantamento de dados, confrontando com a cidade;
- 8- Resgatar os talentos da comunidade como trovadores, violeiros, artesãos, escritora de livro (Neuzinha spinola, moradora da comunidade caraíbas), contadores de histórias convidando-os para a escola, buscando valorizar as datas festivas;

- 9- Realizar práticas agroecológicas com o apoio da horta presente em nossa escola, da comunidade, da secretaria de desenvolvimento do nosso município, além de suscitar questões sobre a recuperação do solo.

Os encaminhamentos metodológicos idealizados, acima visam à melhoria educacional e acima de tudo oportunizam ao estudante que se apropriem dos conteúdos sistematizados remetendo-os na vida, e na sua atuação no contexto social.

Na perspectiva de desenvolver atividades voltadas à educação do campo, as escolas que compõem o Núcleo Regionalizado B, já realizam atividades de campo, como: horta (preparação do solo, plantio das hortaliças e legumes, cuidados adequados para a manutenção da horta, colheita), estudos sobre a vegetação predominante na comunidade, preservação ambiental (diagnóstico sobre a realidade ambiental da comunidade, mobilização e conscientização da comunidade, plantio de árvores, separação do lixo de forma adequada, reutilização de embalagens, coleta de garrafas pet para a Associação Manoel Cajazeiras).

5.2.4. Diretrizes e Indicadores da Avaliação

A avaliação é essencial no processo de ensino e aprendizagem, portanto, avaliar vai além de notas, pareceres, trabalhos ou outros métodos de mensuração do conhecimento, mas infelizmente em muitos casos, a avaliação se limita ao processo final, separada da ação educativa.

Avaliar é refletir sobre o que se foi feito com base os objetivos propostos, requer tomada de decisões, que conseqüentemente irá nortear o trabalho pedagógico no processo de ensino e aprendizagem, e por isso a importância do olhar dos diferentes atores desse processo.

Partindo desse pressuposto, o processo avaliativo da Educação do Campo, assim como no ensino regular das unidades de ensino do Núcleo Regionalizado B, ocorre de forma processual, os instrumentos avaliativos são organizados de modo que possam acompanhar o desenvolvimento do aluno em diferentes aspectos.

Sendo assim, a avaliação deve ter uma função formativa considerando o protagonismo dos diferentes sujeitos, bem como todo o processo educativo e não apenas o resultado quantitativo baseado nas avaliações tradicionais, pois o espaço

do campo está em constante transformação e a educação dos seus sujeitos deve atender suas especificidades.

O processo avaliativo na EJA, assim como no ensino regular das unidades de ensino do núcleo, Na educação do Campo, a avaliação não deve ficar restrita às avaliações tradicionais as quais são colocadas em pauta apenas os conteúdos comuns, mas as práticas do campo e os conhecimentos individuais dos estudantes podem e devem ser levados em consideração durante a avaliação, perpassando as experiências vividas dentro e fora das salas de aula.

O Núcleo Regionalizado B, apesar de seguir o currículo tradicional da Educação Básica, trabalha as particularidades da região a qual estão inseridos os seus sujeitos contextualizando as suas avaliações. O processo de reelaboração do Projeto Político-Pedagógico da nossa instituição escolar nos levou a refletir as nossas práticas, visando adequá-las às necessidades e aos conhecimentos de vida dos estudantes do campo. .

As escolas do Núcleo Regionalizado B, seguem o currículo padrão do município, no qual o ano letivo está dividido em três etapas (Trimestrais). Ao longo das etapas, são aplicadas avaliações escritas (atividades diagnósticas, Testes, avaliativas, pesquisas e trabalhos escritos) e orais composto por Apresentação de seminários.

5.3. A Política da Educação de Jovens e Adultos

5.3.1. Concepção da Educação de Jovens e Adultos

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) guarda na sua gênese o vínculo com a educação popular, ficando, por muito tempo, compreendida como uma ação destinada a determinados grupos sociais, assim como, associava-se a intervenções educativas geradas por ações políticas e projetos de temporalidade definida.

Pautados nos preceitos de Freire (2001, p. 15), concebemos a “Educação de Adultos vai se movendo na direção da Educação Popular, na medida em que a realidade vai fazendo exigências à sensibilidade e à competência científica dos educadores e educadoras”.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é caracterizada como modalidade da Educação Básica que se destina àqueles que não tiveram acesso ou condições de

dar continuidade nos estudos na idade própria, constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida, conforme prevê a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu artigo 37.

O Parecer CEB Nº 11/2020, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (2020, p. 5), considera que:

[...] a Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso a e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela, e tenha sido a força de trabalho empregada na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas. Ser privado deste acesso é, de fato, a perda de um instrumento imprescindível para uma presença significativa na convivência social contemporânea.

Partindo dessa premissa, a EJA ofertada na rede de Ensino do Município de Anguera busca colaborar com a redução do analfabetismo, disseminação do letramento, e oportunizar jovens que necessitam conciliar o estudo com o tempo de trabalho, buscando despertar a autoestima em adultos e idosos. Além disso, a oferta de turmas da EJA deve considerar as especificidades dos alunos, as diferentes realidades e condições de vida e trabalho.

Com isso, o Núcleo Regionalizado B a Educação de Jovens e Adultos teve início no ano 2022. Na oportunidade, foi iniciado o Projeto Educação Popular que possibilita o acesso de jovens, adultos e idosos ao ensino através do educador itinerante.

O perfil dos alunos apresentado em sua maioria são adultos e idosos, pertencentes à zona rural, trabalhadores e trabalhadoras rurais do campo que trazem com eles histórias que são exemplos de superação, as mulheres compõem a maioria destes estudantes que frequentam as escolas do Núcleo Regionalizado B.

5.3.2. Princípios Orientadores da Educação de Jovens e Adultos

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade da Educação Básica com identidade própria, pautada nos fundamentos conceituais representados pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade, e pelas funções reparadora, equalizadora e qualificadora, que visam a garantir uma oferta de qualidade aos alunos.

Em nossas escolas do Núcleo B, a política de educação para jovens, adultos e

idosos realiza desafios, resgatando compromisso histórico e cultural da sociedade anguerense e sobretudo da localidade em que vivem, contribuindo para a igualdade de oportunidades, inclusão e justiça social, fundamentada na construção e exigências legais definidas na proposta curricular.

A Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 208, assegura a educação de jovens e adultos como um direito de todos:

*O dever do Estado com a educação será efetivado mediante garantia de:
I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurado, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria.*

Em linhas gerais, a EJA orienta-se pelos princípios éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum; princípios políticos dos direitos e deveres da cidadania; do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática; princípios estéticos da sensibilidade, da criatividade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos (Parecer CNE/CEB11/2000 e Resolução CNE/CEB 1/2000) - devem ser observadas na oferta e estrutura dos componentes curriculares dessa modalidade de ensino, estabelece que:

Ainda como princípio orientador a Constituição Federal determina como um dos objetivos do Plano Nacional de Educação a integração de ações do poder público que conduzam à erradicação do analfabetismo (art. 214, I). Trata-se de tarefa que exige uma ampla mobilização de recursos humanos e financeiros por parte dos governos e da sociedade.

Os déficits do atendimento no ensino fundamental resultaram, ao longo dos anos, num grande número de jovens e adultos que não tiveram acesso ou não lograram terminar o ensino fundamental obrigatório. Nesse sentido, o Núcleo B promove a flexibilização do ensino, em nossas instituições, através do ensino itinerante com ênfase na aprendizagem ao longo da vida, no intuito de favorecer o acesso, a permanência e o aprendizado.

5.3.3. Diretrizes da EJA

As Diretrizes Curriculares para a EJA devem ser entendidas como parte de um processo dialógico, da prática pedagógica dos educadores, da sua permanente

formação, e devem assegurar os espaços fundamentais de reflexão, reescrita e atualização, pela constante construção de uma educação de qualidade para todos.

Na EJA estas Diretrizes são destinadas aos jovens, adultos e idosos, como sujeitos de conhecimento e aprendizagem, de sua história e condição socioeconômica, sua posição nas relações de poder, sua diversidade étnico-racial, territorial, geracional, cultural, dentre outras.

Com o amadurecimento das discussões e experiências de educação de jovens e adultos, foram promulgadas, em 10 de maio de 2000, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, elaboradas pelo Conselho Nacional de Educação.

Tais Diretrizes superaram a visão preconceituosa do analfabeto ou iletrado como inculto ou apto apenas a tarefas e funções ditas desqualificadas no mundo do trabalho. Além disso, reconheceram a diversidade cultural e regional, presentes nos diferentes estratos sociais, os quais são portadores de uma rica cultura baseada na oralidade.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos passaram a valorizar ainda:

- ✓ as especificidades de tempo e espaço para seus educandos;
- ✓ o tratamento presencial dos conteúdos curriculares;
- ✓ a importância em se distinguir as duas faixas etárias (jovens e adultos) consignadas nesta modalidade de educação; e
- ✓ a formulação de projetos pedagógicos próprios e específicos dos cursos noturnos regulares e os de EJA

As Diretrizes lançadas em 2000 também ressaltaram a EJA como direito e substituíram a ideia de compensação pelos princípios de reparação e equidade. Ainda, regulamentaram a realização de exames, oferecendo o Ensino Fundamental a maiores de 15 anos e o Ensino Médio a maiores de 18 anos (BRASIL, 2000).

5.3.4. Indicadores da Avaliação da EJA

Nesse sentido, os indicadores educacionais são construídos para atribuir um valor estatístico à qualidade do ensino de uma escola ou rede, atendo-se não somente ao desempenho dos alunos mais também ao contexto econômico e social

em que as escolas estão inseridas.

Tais ferramentas são úteis principalmente para o monitoramento dos sistemas educacionais, considerando o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os alunos, contribuindo para a criação de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade da educação e dos serviços oferecidos à sociedade pela escola.

Freire (1996, p. 65) aponta que:

A avaliação é a mediação entre o ensino do professor e as aprendizagens do professor e as aprendizagens do aluno, é o fio da comunicação entre formas de ensinar e formas de aprender. É preciso considerar que os alunos aprendem diferentemente porque têm histórias de vida diferentes, são sujeitos históricos, e isso condiciona sua relação com o mundo e influencia sua forma de aprender. Avaliar, então é também buscar informações sobre o aluno (sua vida, sua comunidade, sua família, seus sonhos...) é conhecer o sujeito e seu jeito de aprender.

Os indicadores de avaliação acontecem com intervenções ativas realizadas pelos professores com as metodologias na forma de como ensinar e como o aluno aprende, considerando as diferentes formas de vidas e conhecimentos prévios que cada aluno traz consigo.

Desse modo, o processo avaliativo ocorre durante todo o período letivo de ensino e aprendizagem, sendo avaliados o desempenho, a participação dos alunos, o desenvolvimento das competências socioemocionais somados aos resultados alcançados nas avaliações finais. Os resultados encontrados são utilizados para o levantamento de dados e identificação dos avanços e das dificuldades apresentadas no decorrer do processo.

É preciso considerar as experiências e conhecimentos que cada indivíduo traz consigo, no entanto, a avaliação assume um papel importante, pois permite detectar as dificuldades e o progresso de forma individual e coletiva. É a partir dos resultados que o professor pode rever seu trabalho, planejar novas ações.

5.4. A Política da Inovação Tecnológica

5.4.1. Concepção da Inovação Tecnológica

O mundo tecnológico expressa mudanças, principalmente no âmbito educacional, assim, é pertinente que cada etapa do ensino, institua ações de cunho digital como recomenda a BNCC, o DCRB, o DCRM de Anguera, o PNE, entre outros documentos. Nesse sentido, Silva e Anecleto (2019, p. 129) ressalta que:

A escola, no contexto das TIC, das mídias digitais, é desafiada a constituir-se como espaço de formação de sujeitos capazes de responder às questões complexas da vida familiar e social, com capacidade crítica, olhares múltiplos, consciência histórica. E isso não se faz sem a necessária formação do sujeito emancipado.

Desse modo, cada escola precisa inserir nos currículos, os assuntos inerentes a cultura digital, por meio de estratégias inovadoras que aproximem os alunos a essa nova realidade, implementando o uso de recursos pedagógicos, a fim de proporcionar um ensino-aprendizagem de qualidade.

A inovação tecnológica representa a adoção de ferramentas eficientes que podem impactar positivamente no ensino-aprendizagem dos estudantes, uma vez que, colocada em prática, ela pode despertar interesse em participar das diversas propostas pedagógicas.

5.4.2. Princípios Orientadores da Inovação Tecnológica

A aprendizagem para se consolidar enquanto processo significativo na vida do educando deve incluir diferentes metodologias e fazer uso de recursos que facilitem esse processo.

Esta visão também é considerada no Documento Curricular Referência Bahia (2020, p. 91): “As tecnologias de conectividade contemporâneas abriram um campo de possibilidades de interação, cada vez mais desenvolvido e expandido, a partir do qual são inauguradas novas formas de estar em comunidade”.

Assim, os princípios que regem a inserção da Inovação Tecnológica em nossas escolas pautam-se na organização da prática docente com intuito de promover iniciativas que facilitem a vida dos alunos em suas necessidades escolar, na preparação para o mundo do trabalho.

Além disso, o Plano Nacional de Educação institui metas que envolvem o acesso e uso dos recursos tecnológicos, nas quais fundamentamos como princípio:

- ✓ 5.4 Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos (as) alunos (as), consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;

Dada a realidade enfrentada nas escolas públicas a inserção da inovação tecnológica requer a construção de políticas de tecnologia educacional, os principais atores do sistema educacional (professores, equipes gestoras da escola e gestores das Secretarias de Educação) precisam estar preparados, cientes de que a tecnologia contribuirá para o aperfeiçoamento do ensino e melhor organização do trabalho da gestão escolar.

5.4.3. Diretrizes e Inovação Tecnológica

Deve se destacar a importância da presença do Estado no que diz respeito ao oferecimento de condições para que a inovação tecnológica chegue até as escolas. Com base no previsto na Constituição Brasileira, sobre a CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO:

Art. 218. O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação.

§ 3º O Estado apoiará a formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa, tecnologia e inovação, inclusive por meio do apoio às atividades de extensão tecnológica, e concederá aos que delas se ocupem meios e condições especiais de trabalho.

Cientes de que a sociedade está passando por mudanças e que a inovação tecnológica constitui um elemento fundamental para o desenvolvimento de novas habilidades e competências, caracterizando-se como recurso indispensável para o acompanhamento da evolução social. É importante salientar que diante da realidade ainda enfrentada em nossas escolas, e que o uso destes recursos ainda não faz parte da realidade no nosso ensino busca-se mecanismos e estratégias para inovar em sala de aula através de práticas que possibilitem o interesse dos nossos alunos, dessa maneira utilizaremos as seguintes estratégias:

- ✓ Aula de campo;
- ✓ Jogos matemáticos;
- ✓ Pesquisas;
- ✓ Explorar os recursos multimídias, os quais o aluno tem acesso, a exemplo de TV, rádio, celular, etc;
- ✓ Sala de aula invertida, entre outras.

5.5 A Política de Assistência Estudantil

5.5.1 Concepção de Assistência Estudantil

Promover assistência aos estudantes significa possibilitar condições básicas de

acesso e permanência na escola. A educação escolar não está limitada ao espaço físico e a presença de professores, compreendida como política pública educacional é um direito social, configura-se como elemento importante na promoção de uma educação integral e formação do estudante.

Nesse sentido, a política de assistência estudantil tem como objetivo oferecer condições de acessibilidade a aprendizagem escolar, implica promover meios que garantam educação de qualidade de modo que venha contemplar os alunos em suas diferentes necessidades, possibilitar o desenvolvimento integral, e garantir o processo formativo, que envolve programas como o transporte escolar, a merenda, materiais didáticos, entre outros.

A Constituição Federal de 1988 assegura ao aluno da escola pública o direito ao transporte escolar, como forma de facilitar seu acesso à educação o que fica expresso no Art. 208 deste documento que garante atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (Emenda Constitucional nº 59, de 2009).

O transporte escolar, direito do aluno, instituído pelo Ministério da Educação através do FNDE Fundo Nacional de Desenvolvimento Estudantil, tem sido garantido aos estudantes desta unidade de ensino por intermédio do município. Nossas escolas, localizadas na área rural, têm seus alunos em sua maioria residentes em áreas distantes da escola, sendo estes assistidos pelos programas de transporte escolar conforme o previsto em lei.

Para garantir que todos tenham acesso à escola a equipe escolar em parceria com a Secretaria de Educação do Município de Anguera desenvolve estratégias que asseguram que todos tenham acesso à escola.

No que se refere à merenda escolar são garantidas as condições necessárias para que o aluno tenha sua merenda de qualidade e o acompanhamento e o cardápio acompanhado por nutricionista, seguindo as necessidades nutricionais.

O compromisso da equipe escolar está voltado para as diversas questões que surgem ao longo do ano letivo. Tendo em vista detectar ou mesmo prevenir atos que venham ferir os direitos de crianças adolescentes jovens, adultos ou idosos, que compõem nosso corpo discente, buscamos manter sempre o diálogo com a família

por acreditarmos que a parceria da escola com a família ainda é a melhor forma de conhecer a realidade dos alunos e resolver questões que possam interferir no desenvolvimento do aluno.

Sendo o acompanhamento pedagógico e psicopedagógico é garantido em parceria com a Secretaria de Educação que oferece apoio através da presença de profissionais qualificados para atender as necessidades dos estudantes.

5.5.2. Princípios Orientadores da Assistência Estudantil

A política de assistência estudantil compreendida como forma de assegurar o direito aos programas que favoreçam o acesso permanência e desempenho em todo o processo formativo do estudante tem como princípios:

- ✓ Ofertar do ensino gratuito e de qualidade;
- ✓ Possibilitar a inclusão sem discriminação atendendo as reais necessidades do educando e respeitando as diferenças;
- ✓ Garantir a aprendizagem estimulando a criatividade, entre outras;
- ✓ Assegurar a permanência de cada educando na escola.

5.6. A Política de Formação Continuada e Desenvolvimento Profissional dos Servidores

5.6.1. Concepção da Formação Continuada

A formação continuada constitui um dos aspectos fundamentais da valorização dos profissionais da educação aos quais é assegurado “progressão funcional baseada na titulação ou habilitação e na avaliação do desempenho”, seguindo, assim, o que é determinado na LDB em seu Artigo 67, inciso IV. Por isso, a formação do professor é vista como etapa crucial para a troca de conhecimentos, atualização da sua prática e reforçador das aprendizagens e experiências em sala de aula.

Com base nestas informações, podemos afirmar que a formação continuada de professores vem sendo considerada, do ponto de vista oficial, como um mecanismo importante para a qualificação do ensino. Este fato pode ter sido um dos fatores motivadores do crescente número de ações, visando à formação continuada de professores, elaboradas e desenvolvidas em diferentes instâncias dos sistemas públicos de ensino. Portanto, não é uma reflexão puramente técnica, mas que busca

construir uma prática autônoma e emancipadora.

Nesse sentido, Alarcão (1996, p. 174) afirma que:

O homem precisa reaprender a pensar. Entretanto, o simples exercício da reflexão não é garantia de salvação dos cursos de formação de professores, pois a reflexão não é um processo mecânico. Deve ser compreendida no processo histórico e de maneira coletiva, portanto, dentro de um processo permanente, voltado para o cotidiano, por meio de análises socioeconômicas, culturais e ideológicas.

Nesta perspectiva, compreende-se que os espaços de formação continuada devem possibilitar, o desenvolvimento da reflexão crítica sobre suas práticas para que possam articular os conteúdos da formação com o seu fazer docente, e transformar este fazer em teorias que precisam ser problematizadas, discutidas e analisadas. Nesta direção, a prática reflexiva nos encontros formativos de docentes possibilita maior profundidade de seu fazer, além de mobilizá-los a melhoria e/ou a transformação dessa.

Vale ressaltar, que a formação será legítima quando contribuir não apenas para seu desenvolvimento profissional no âmbito de trabalho, bem como de melhoria das aprendizagens profissionais.

5.6.2. Princípios Orientadores da Formação Continuada

O professor desempenha papel importante no que se refere a preparar crianças, jovens e adultos para um mundo cada vez mais móvel flexível, que trazem informações tanto rápidas como incertas. Desenvolvendo na sua formação princípios orientadores que preparem a ele mesmo e aos indivíduos para que possam viver num mundo mais justo e solidário. Tais princípios são:

- ✓ Compreender e utilizar os conhecimentos historicamente construídos para poder ensinar a realidade com engajamento na aprendizagem do aluno e na sua própria aprendizagem;
- ✓ Pesquisar, investigar, refletir, realizar a análise crítica, usar a criatividade e soluções tecnológicas, para selecionar, organizar com clareza e planejar práticas pedagógicas desafiadoras, coerentes e significativas;
- ✓ Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas docentes;

- ✓ Valorizar a formação permanente para o exercício profissional, estar sempre atualizado na sua área de atuação e nas áreas afins;
- ✓ Apropriar-se de novos conhecimentos e experiências que lhe possibilitem ser um profissional eficaz e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania, ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade;
- ✓ Buscar desenvolver argumentos com base em fatos, dados e informações confiáveis para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global;
- ✓ Agir e incentivar, pessoal e coletivamente, com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários para que o ambiente de aprendizagem possa refletir esses valores.

5.6.3. Diretrizes da Formação Continuada

A formação continuada é o processo de aperfeiçoamento dos professores para agregar conhecimentos que contribuem para melhor desenvolver suas práticas pedagógicas, colaborando com a qualidade do ensino. Neste sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seus artigos e incisos, asseguram que:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. (Redação dada pela lei nº 13.415, de 2017)

§ 1º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério. (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009).

§ 2º A formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério poderão utilizar recursos e tecnologias de educação a distância. (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009).

§ 3º A formação inicial de profissionais de magistério dará preferência ao ensino presencial, subsidiariamente fazendo uso de recursos e tecnologias de educação a distância. (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009). (BRASIL, 2017, p.42).

De acordo o que está exposto em lei, é de responsabilidade da União, Estados e Municípios, a oferta da formação inicial, continuada e a capacitação, que

possibilitam aos docentes ampliar os conhecimentos, tendo em vista uma melhor atuação no âmbito educacional.

Sendo assim, a rede municipal de ensino de Anguera destaca em seu PME, prazos das metas e estratégias visando o fortalecimento e o incentivo a formação continuada de seus professores.

Meta 14: garantir, em regime de colaboração entre a União, Estado da Bahia e município de Anguera, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PME, política municipal de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam. Estratégias: 14.1) diagnosticar, no primeiro ano de vigência deste PME, as necessidades de formação específica de nível superior dos professores da educação infantil e do ensino fundamental da rede pública municipal de ensino; 14.2) fomentar, em regime de colaboração entre União e estado da Bahia, a formação de profissionais da educação para as escolas do campo e para a educação especial; 14.3) garantir que, no mínimo, 5% dos professores da educação infantil e do ensino fundamental da rede pública municipal ingressem em cursos de licenciatura de sua área de atuação, utilizando inclusive metodologias, recursos e tecnologias de educação a distância.

Meta 15: formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino. Estratégias: 15.1) formular política de formação continuada para os profissionais da educação básica da rede municipal de ensino, definindo diretrizes municipais, áreas prioritárias, instituições formadoras e processos de certificação das atividades formativas; 15.2) instituir programa municipal de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas e de literatura e de dicionários, e programa específico de acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, sem prejuízo de outros, a serem disponibilizados para os professores e as professoras da rede pública de educação básica, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação; 15.3) aperfeiçoar portal eletrônico para subsidiar a atuação dos professores e das professoras da educação básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível; 15.4) incentivar a formação de professores do município em nível de educação especial. (ANGUERA, [2015]).

Com base na citação acima, é fundamental a qualificação e atualização dos professores, para que possa desenvolver sua função com o aperfeiçoamento dos saberes necessários a atividade docente, visto que estão cada vez mais sendo desafiados a desenvolver aulas mais atrativas e que correspondam as reais necessidades dos educandos, proporcionando a inclusão.

O professor é um dos profissionais que mais necessidade têm de se manter atualizados, aliando à tarefa de ensinar a tarefa de estudar. Transformar essa necessidade em direito é fundamental para o alcance da sua

valorização profissional e desempenho em patamares de competência exigidos pela sua própria função social. (MELO, 1999, p.47).

Neste sentido, os professores que fazem parte do Núcleo Regionalizado B, são estimulados a exercitarem a formação continuada através das ACs, encontros de formação com temáticas atuais, incentivo a realizar os cursos ofertados pelo MEC, oferta de formação para professores através da rede municipal de ensino e incentivo a cursos de graduação para os que possuem apenas o magistério, e pós-graduação em parceria do município com instituições privadas de Feira de Santana visando descontos para profissionais do município de Anguera que possuem graduação.

5.7. A Política de Comunicação Escola/Família e Escola/Comunidade

5.7.1. Concepção da comunicação escola/família/comunidade

A escola é um espaço onde o indivíduo, seja na fase infantil ou adulta, afasta-se um pouco do dia a dia familiar para trocar experiências, experimentar seus limites pessoais, exercitar as competências socioemocionais e aprender o conhecimento sistematizado pela humanidade, para que isso venha acontecer na prática, torna-se necessário à parceria com os pais, que precisam se sentir parte do processo educativo do seu filho de maneira mais ampla.

O mais importante é estreitar a relação família e escola no sentido de melhorar a aprendizagem dos estudantes. Segundo, Bettelheim (1998, p. 64), considera o quanto é importante para o bom desenvolvimento dos sujeitos, o relacionamento de pais e a escola.

O ingrediente essencial para o êxito da maioria das crianças na escola é uma relação positiva com os pais e com o envolvimento deles em assuntos intelectuais. A criança deseja ter acesso a tudo que é importante para os pais a quem ama; quer aprender mais sobre as coisas que significa tudo para eles.

Nesta perspectiva, conforme observamos acima é de suma importância o relacionamento familiar para o desenvolvimento do indivíduo, pois a família é o primeiro espaço de desenvolvimento de valores, valores que podem ser positivo ou negativo de acordo com o ambiente no qual o indivíduo convive. Escola e família ambas precisam rever seus papéis para possibilitar ao indivíduo o desenvolvimento integral.

5.7.2. Princípios da comunicação escola/família/comunidade

A parceria escola-família é fundamental para o bom caminhar da escola, uma vez que propicia o conhecimento da história de nosso aluno, da história do seu contexto familiar, os costumes e os valores culturais de sua família. A partir da compreensão do público assistido, é possível vislumbrar e complementar o trabalho realizado no âmbito da escola, relacioná-lo com a realidade do educando e melhorar as práticas de interação.

Paro (1992, p. 39), afirma que “o interesse da educação escolar deve-se voltar como real substrato a comunidade para a concretização de um processo de democratização das relações na escola”, rotulando como absurda a proposição de uma gestão democrática que não supunha a comunidade como sua parte integrante.

Nesse sentido, os princípios que regem a comunicação nas escolas pertencentes ao Núcleo B são:

- ✓ Prezar pela transparência das informações;
- ✓ Fortalecer a parceria entre família e escola;
- ✓ Ampliar a participação da família na vida escolar de seus filhos;

5.7.3. Diretrizes da comunicação escola/família/comunidade

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), ao observar a importância dessa correlação família/escola, como prevê em seu Art. 2º: “A educação, dever da família e do estado [...] tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando [...] e sua qualificação para o trabalho [...]” (BRASIL, 1996, p. 9).

A esperada parceria com os pais/responsáveis parece simples, mas na prática é um processo longo e requer muita atenção, pois a maioria dos pais acham que o dever de educar e ensinar é papel da escola. Neste sentido, as escolas que compõem o Núcleo Regionalizado B, irá adotar como estratégia para o engajamento da família na escola por meio da apresentação do Projeto Político-Pedagógico da instituição logo no início do ano letivo, para que as famílias compreendam a função social da escola e a importância da família no processo de formação da criança.

Além disso, é fundamental apresentar o espaço da instituição e sua rotina para os familiares para que eles se aproximem da escola. Outro ponto importante é apresentar a equipe pedagógica e demais colaboradores que estarão em contato e

participando do dia a dia do estudante.

Nesse aspecto da comunicação, é fundamental deixar as famílias sempre bem informados a respeito da vida escolar de seus filhos. Essa comunicação deverá oportunizar ações para que não seja delegada à escola atitudes que devem ser tratadas no ambiente familiar. Atualmente, utilizamos algumas ferramentas com o intuito de facilitar o contato da família como: grupos de whatsapp, facebook e instagram, para além das reuniões pedagógicas para fortalecer a parceria.

Cada escolas que compõem o Núcleo Regionalizado B, procura ressignificar e incentivar, a relação da comunidade com o ambiente escolar, tornando a escola um espaço aberto a elas. A equipe gestora proporciona ações para atrair o interesse dos alunos e a participação efetiva dos pais, promovendo no decorrer do ano letivo, plantão pedagógico no final de cada etapa letiva, festa de encerramento do primeiro e segundo semestre, comemoração mês da família, palestra, ação social, envolvimento da comunidade nos projetos desenvolvidos, abertura e culminância do projeto desenvolvidos nas unidades escolares.

6. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

6.1. Concepção de Avaliação do PPP

O processo de avaliação envolve a escuta e o movimento de se colocar no lugar do outro, tornando-se, portanto, necessária a participação de todos: equipe escolar (todos profissionais que atuam na escola), alunos (desde as crianças bem pequenas até os adultos), famílias e comunidade.

A avaliação do projeto político-pedagógico, na concepção de Veiga (2011, p. 32):

parte da necessidade de se conhecer a realidade escolar, busca explicar e compreender criticamente as causas da existências de problema, bem como suas relações, suas mudanças e se esforça para propor ações alternativas (criação coletiva).

Sendo assim avaliação institucional e da aprendizagem que permeiam o fazer pedagógico das nossas escolas refletem diretamente no processo de avaliação do nosso PPP, pois diante das novas demandas curriculares em vigência (BNCC, DCRB e DCRM), percebemos a necessidade de revisão do Projeto Político-Pedagógico do Núcleo Regionalizado B datado do ano de 2014, pois o mesmo não atende as demandas atuais. Além disso, utilizaremos de tais experiências para

colocar em prática o nosso plano de avaliação no processo de execução.

Como instrumento de avaliação e acompanhamento do PPP, propomos a realização de reuniões, envolvendo os professores, o conselho escolar, visando a implementação do PPP, será avaliada qualitativamente e quantitativamente. Os pais para qualificar, avaliar o trabalho da escola, e os alunos também, principalmente os alunos da Educação Popular, através de momentos de escuta, conversação com o intuito de acatar as sugestões dos participantes e aperfeiçoar o trabalho desenvolvido nas escolas do Núcleo Regionalizado B.

Desse modo a avaliação do PPP, do Núcleo Regionalizado B, será contínua, baseando-se em uma prática educativa pautada no diálogo, no respeito e na convivência com o próximo. Essa avaliação terá como máxima superar as dificuldades nessa comunidade, os pontos fortes e fracos.

Através deste, visamos a integração entre escola e comunidade, endosando a missão das nossas escolas evidenciando o perfil do cidadão, e analisando os aspectos que compõem o desenvolvimento da aprendizagem, dos objetos de conhecimento, dos campos de experiências, da metodologia, dos recursos didáticos, da organização curricular e da avaliação, considerando-se sempre a igualdade, a sensibilidade e a identidade com vista na qualificação do ensino que ofertamos.

Juntos com o Conselho escolar, envolvidas no trabalho da escola, busca-se questionar constantemente aquilo que fazemos e está dando certo; o que precisamos melhorar e adequar ao planejado; e o que fazemos e não está dando certo com o intuito de sanar as lacunas que por vezes surgem durante o processo de ensino.

Portanto, o Projeto Político-Pedagógico desenvolvido pelos integrantes do Núcleo Regionalizado B, não é algo pronto e acabado, mas será sempre avaliado, repensado, redimensionado e realimentado no que for necessário, assim, seu objetivo se concretizará com sucesso.

6.2. Aspectos Teórico- Metodológicos dos Processos

O processo de (re)elaboração do PPP iniciou-se no dia 20 de maio de 2022 com a realização do encontro de mobilização das escolas da rede municipal. Inicialmente participamos de algumas formações realizadas pela secretaria de

educação explicando detalhadamente a estrutura dos textos a serem elaborados, bem como as formações da Undime que foram imprescindíveis para iniciar a reelaboração.

O primeiro passo foi realizar uma mobilização com toda a comunidade escolar, organizando rodas de conversa com os diversos segmentos com o intuito de informar e conscientizar que o PPP é o principal documento norteador das ações da escola e para que o mesmo tenha legitimidade, considerando o princípio da gestão democrática, deverá ser reelaborado com a participação de todos, para que se sintam corresponsáveis no sentido de ressignificar as ações a serem executadas no âmbito escolar com foco na melhoria do processo de ensino/aprendizagem e, conseqüentemente, dos resultados educacionais.

Logo após a mobilização realizada em todas as escolas do Núcleo Regionalizado B, como instrumento de pesquisa foram aplicados questionários com toda comunidade escolar, com o objetivo de recolher diferentes informações sobre as perguntas que contemplam o tema de interesse da pesquisa, os resultados contribuíram na análise qualitativa a respeito dos desafios que permeiam o cotidiano escolar e assim garantindo a participação de todos na reelaboração do documento.

Segundo Minayo (2009, p. 21):

[...] a pesquisa qualitativa responde a questões referentes a um conjunto de fenômenos humanos entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes.

Nesse sentido, a pesquisa qualitativa vai além da informação dada e/ou coletada, ou seja, procura aprofundar o conhecimento do objeto de estudo. Assim, para o estudo de revisão e reelaboração, recorreremos a obras de alguns teóricos como: Paulo Freire, Veiga, Celso Vasconcelos entre outros autores, os documentos orientadores como: BNCC, DCRB, DCRM, LDB tendo como processo metodológico (Qualitativo, Participativo).

A aplicação dos questionários ocorreram no ambiente escolar, com os professores foi realizados nos momentos das acs, os estudantes responderam em momento planejado na aula, os quais foram orientados pelos professores, os pais foram até a escola, uns funcionários de apoio tiveram dificuldade ao responder

devido a baixa escolaridade, necessitando de alguém próximo para orientá-los.

Realizamos momentos de estudos com os professores, as crianças da Educação Infantil fizeram a produção de desenhos representando a escola que temos e a escola que queremos os alunos do Ensino Fundamental e Eja construíram um cartaz com as experiências positivas da escola e o que precisamos melhorar. Foi realizados momentos de escuta com os colaboradores e pais com o objetivo de traçar metas e planejar ações necessárias no ambiente escolar.

Durante a reelaboração do PPP, foi possível identificar algumas dificuldades surgidas no processo, as quais devem ser vista como desafios a serem superados, a partir de análises conjunta com os sujeitos envolvidos.

6.3. Diretrizes para a Implementação do Processo

As diretrizes para a implementação do nosso Projeto Político-Pedagógico do Núcleo Regionalizado B, assim, como a sua reelaboração acontecerá de forma participativa onde todos os envolvidos direta ou indiretamente a esta instituição terá voz ativa.

As diretrizes para implementação do processo deste documento se constituiu através do consenso entre nossa equipe escolar que determinou as seguintes normas de cumprimento e verificação dos resultados obtidos a partir do ano de 2023:

- I. Logo após o início do ano letivo de 2023, será discutido em cada AC elementos que fundamentem a introdução dos novos projetos em nossa prática pedagógica;
- II. Serão propostos momentos de estudos aprofundado do nosso PPP, para que todos tenham conhecimento acerca das novas demandas que fundamentarão o nosso trabalho futuro;
- III. Nos momentos de estudos, será feita a distribuição dos projetos por etapa, cada projeto será articulado em conformidade com as demandas e estágio de desenvolvimento de cada turma;
- IV. Será distribuído um cronograma anual, com os temas e projetos, divididos por área do conhecimento e por etapa, com o intuito de informar aos alunos e aos pais/responsáveis sobre os projetos que serão desenvolvidos durante cada ano

letivo, assim os mesmos terão conhecimento acerca dos projetos presente em nosso PPP e poderão acompanhar a implementação dos mesmos;

- V. Após a inserção dos novos projetos, faremos reuniões internas para compartilharmos as experiências e fazer uma verificação dos objetivos alcançados e das possíveis mudanças, caso seja necessário, para valiar a aplicação e funcionalidade dos nossos projetos;
- VI. Ampliar a articulação com as famílias e a comunidade local, criando processos de integração da sociedade às demandas da escola, promovendo o conhecimento acerca da funcionalidade do documento em questão e o acompanhamento no processo de implementação e avaliação;
- VII. Incentivar a participação/observação dos nossos estudantes na verificação da implementação do PPP, através de roda de conversas para termos uma estatísticas da percepção dos mesmos em relação aos nossos projetos e práticas pedagógicas;
- VIII. Após o fim de cada etapa letiva, será realizada uma reunião geral, na qual será distribuídos questionários avaliativos sobre a implementação do nosso PPP, para que possamos ter uma avaliação institucional interna que qualifique a implementação e a funcionalidade do referido documento.

Desse modo, a implementação do Projeto Político-Pedagógico do Núcleo Regionalizado B será um processo colaborativo, permanente, baseado na reflexão sobre a prática. O intuito será sempre aprimorar as competências educacionais do corpo docente, em busca de uma educação de qualidade. Para tanto, a equipe gestora e todo corpo docente das nossas escolas serão responsáveis pela implementação deste documento.

6.4. O Programa Institucional de Avaliação do PPP

É imprescindível que as instituições de ensino tenham um programa institucional de avaliação do Projeto Político-Pedagógico, pois em todo sistema escolar há dificuldades e obstáculos que precisam ser superados. Para Freire (1987, p. 47):

a questão que se coloca é saber até que ponto a gente tem ou não tem competência para ocupar bem. Segundo, até que ponto a gente aprende a fazer uma ocupação mais ou menos coletiva, que não fique na base do indivíduo apenas. É preciso que estejamos mais ou menos em conexão, uns com os outros no trabalho de ocupação.

Com isso devem ser articulados momentos que favoreçam reflexões sobre a importância do trabalho em equipe para que todos tomem consciência e assumam uma postura ética e profissional, ocupando de fato o seu espaço dentro da instituição a qual estão inseridas. Neste sentido, propomos momentos de estudo e avaliação do Projeto Político-Pedagógico bem com a seguinte estrutura:

- I. O PPP está de fato sendo colocado em prática?
- II. Qual o nível de envolvimento de participação dos docentes no processo de implementação e avaliação do PPP?
- III. As metas foram alcançadas com base no esperado?
- IV. Caso as metas não tenham sido atingidas com êxito, quais foram os empecilhos? Quais caminhos devem ser trilhados para sanar tais problemas?
- V. Qual o nível de envolvimento da comunidade escolar nos mais diferentes aspectos de implementação e avaliação do nosso PPP?
- VI. Serão elencadas e avaliadas todas as sugestões referentes as ideias que surgirem nos momentos de estudos para avaliarmos de forma democráticas as melhores estratégias práticas dos novos projetos e do remodelando dos projeto já existentes, buscando a inovação dos mesmos;
- VII. Caso seja constatado algum déficit, será feito um debate para que os docentes e coordenadores exponham suas experiências e opiniões, articulando-as às possíveis soluções.
- VIII. Estes pontos serão discutidos e analisados no final do primeiro e do último semestre em reuniões realizadas pela gestão da escola e a coordenação pedagógica junto à comunidade escolar.
- IX. O acompanhamento do Conselho Escolar nesse processo também será de vital importância, visto que é um órgão de representação junto à comunidade.

Assim, nossas escolas estarão se efetivando nos conceitos ditos democráticos e humanizados, através da participação da comunidade escolar, conhecendo, analisando e participando de todo processo de ensino-aprendizagem por meio das ações de avaliação do Projeto Político-Pedagógico.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Projeto Político-Pedagógico foi (re)elaborado numa iniciativa coletiva de compromisso com a educação dos alunos e comunidade escolar, considerando a trajetória da comunidade escolar, a sua história e cultura, para garantir um percurso formativo de sucesso aos estudantes e também para cumprir o seu papel com a sociedade.

O presente estudo possibilitou reflexões do cotidiano das escolas que compõem o Núcleo Regionalizado B, levantando aspectos que requer atenção e adequação as novas concepções advindas com a BNCC. Dessa forma, percebemos que a escola, que dialoga, pensa, questiona e compartilha saberes. Assim, somos uma escola, que caminha na construção do conhecimento.

Nesse sentido, o PPP deve ser construído, implementado e avaliado no movimento coletivo que deve diagnosticar possíveis problemas e apontar para possíveis soluções e avanços, configurando possibilidades de que os envolvidos no processo optem por projetos que atendam às condições do contexto social em que vivem e que avaliem e reavaliem suas práticas, buscando cada dia mais a qualidade do processo educacional.

O Projeto Político-Pedagógico sistematiza: a história, o contexto, a estrutura, a filosofia, e as intenções da escola, as formas de organização e a gestão do trabalho, pois visamos, a construção de instituições escolares capazes de formar cidadãos, com princípios éticos, participantes e politicamente ativos em prol de uma sociedade cada vez mais democrática e igualitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALARCÃO, I. (Org.). (1996). **Formação reflexiva de professores: estratégias de supervisão**. Portugal: Porto Editora, 1996.

ANGUERA. **Plano Municipal de Educação** – PME do Município de Anguera, em consonância com a Lei nº 13.005/2014 que trata do Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.

BRASIL. Emenda constitucional nº 59. Diário Oficial da União, Brasília, 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

COSTA, E. C. da. **A diversidade na escola: identificando e trabalhando com os fatores que geram exclusão**. In: PARANÁ, 2014.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. 14ª ed. São Paulo: Ática, 2011.

BAHIA. **Documento curricular referencial da Bahia para educação infantil e ensino fundamental** (v. 1) / Secretaria da Educação do Estado da Bahia. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional: formar -se para a mudança e a incerteza** / Francisco Imbernón: [tradução Silvana Cobucci Leite]. – 9 ed. – São Paulo : Cortez, 2011.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

LIBÂNIO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

MELO, M. T. L. **Programas Oficiais para formação dos professores da Educação Básica**. In: Revista Educação e Sociedade Ano XX nº 68 dez/1999

MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. da. **Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução**. 11. ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

SACRISTAN, J. G. **Poderes instáveis em educação**. Tradução de Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artmed, 1999.

Vasconcellos, C. dos S. **Currículo: a atividade humana como princípio educativo**. 4ª ed. – São Paulo: Libertad, 2013.

SILVA, T. T. da. **Identidades terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política**. Petrópolis: Vozes, 1996.